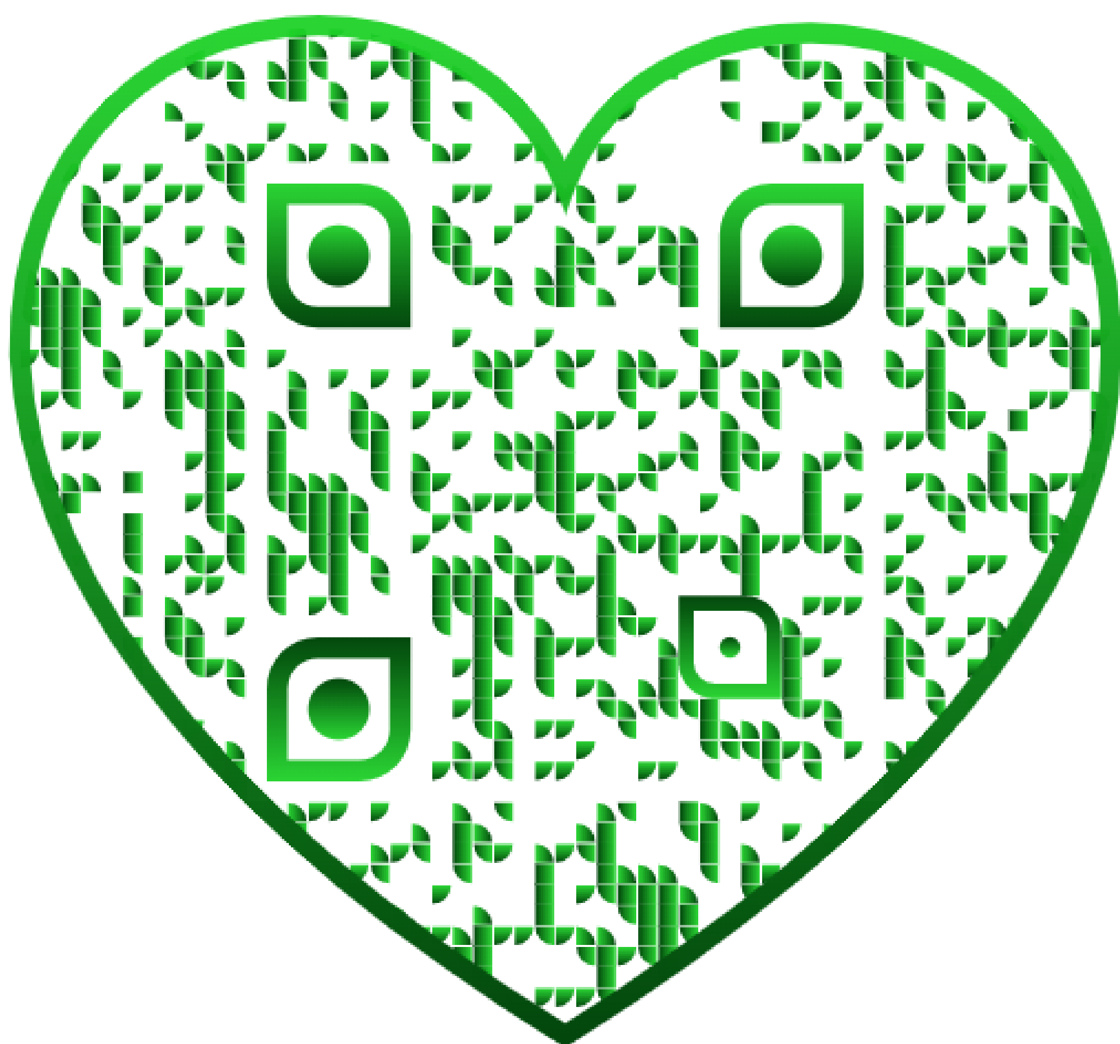
BRASIL

CIVILIZAÇÃO SUICIDA

J. W. BAUTISTA VIDAL



Este livro mostra como o Brasil caminha para a ruína e o desmembramento, quando teria condições excepcionais para transformar-se em potência mundial. A mente colonizada de seus dirigentes e o regime sócio-econômico implantado estão levando este país-continente à condição servil que condena a grande civilização brasileira ao suicídio.

Direitos Autorais 2000 de J. W. Bautista Vidal

1ª edição
Agosto de 2000

Projeto gráfico, Capa e Arte-final
Mauro Nunes Barbosa

Revisão
José Humberto Fagundes

Todos os Direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida - em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. - nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização do autor.

N778n Vidal, J. W. Bautista
Brasil Civilização Suicida. J. W. Bautista Vidal. - Brasília; Star Print Gráfica e Editora, 2000
88 p.

1. Nacionalismo, Brasil. 2. Minério. 3. Energia. 4. Sistema Financeiro. 5. Colonialismo. 6. Poder Mundial. I. Vidal, J. W. Bautista. II. Título

CDU 172.15
CDD 172

Editora Nação do Sol
SMPW Quadra 17, Conjunto 10, Casa 7
Cep 71745-170 - Brasília, DF, Brasil
Telefax: 55 0 ( ) 61 380.1344
E-mail: bautista@brnet.com.br

PREFÁCIO

Apenas poucas palavras sobre as razões deste livro. Ele agrega textos que nasceram com objetivos distintos aos que motivaram o seu surgimento. Cabe neste caso a idéia de que o todo é maior do que a soma das partes, como as funções no ser humano são maiores do que as dos órgãos que o compõem.

O primeiro texto trata da internacionalização da Companhia Vale do Rio Doce na fase de resistência, prévia à "privatização". Ele procurava conscientizar a sociedade brasileira acerca do crime que representava a entrega da Vale a forças externas.

O segundo texto resultou de iniciativa de Gilberto Vasconcellos e minha de preparar um ensaio para ser publicado no *Le Monde Diplomatique*, que nos parecia veículo defensor das mesmas idéias da nossa luta. Puro engano. Esquecemos que uma coisa era o espírito francês de independência e outra a questão colonial brasileira, da qual eles são beneficiados.

O terceiro ensaio acentua a evolução do colapso dos combustíveis fósseis e a gravidade do seu desfecho.

Os três textos agregam os ramos da natureza dos quais dependem todos os bens e serviços que são de uso da humanida-

de: os minerais e os produtos da fotosíntese, o que reafirma a importância estratégica do Brasil na solução dos perigosos problemas atuais e por vir.

Em contrapartida, procuramos analisar a violência do processo que se abateu sobre nós, em que estamos perdendo o controle de tudo o que é essencial para poder dar nossa contribuição para a solução da gravíssima situação mundial e para garantir nossa sobrevivência como povo e como cultura, em projeto histórico de consistentes fundamentos.

Verificamos, também estarrecidos, que o processo destrutivo está sendo realizado por dirigentes nativos, sem necessidade das forças externas interessadas darem um só tiro. Assim, estamos perdendo aceleradamente a condução do país. 70% de nosso PIB já é controlado por não-residentes. Como nesse bojo está o poder - quem decide -, prevê-se que esse controle chegue rapidamente à totalidade do que é essencial à nossa sobrevivência como sociedade organizada. Como esse controle estende-se a nossos patrimônios naturais, essenciais para o futuro das novas gerações de brasileiros, fica evidente que estamos, como sociedade, caminhando de modo acelerado para o suicídio. Como a história ensina, as civilizações não são mortas, elas se autodestroem.

O historiador White considerou o poder norte-americano como um perigo para a humanidade, por falta de percepção na cultura de seu povo do "sentido trágico da história". Será que essa ausência de sentido da história também nos atinge, em condições porém opostas aos dos norte-americanos? Neles, existe o perigo de destruírem os demais sem olhar para as conseqüências e, em nós, o perigo de sermos exterminados sendo atores do processo.

O Autor

INTRODUÇÃO

Este livro visa ao estabelecimento de conceitos e ao acúmulo de informações de natureza estratégica que permitam uma rigorosa avaliação da realidade brasileira e mundial, a partir do mundo físico que fundamenta a produção econômica e o poder. Ele rejeita as mistificações e esquizofrenias atuais - práxis na condução do que chamam de economia, orientada por teorias de base monetária fictícia. Nem elas são teorias, nem tratam das questões que fundamentam a produção e o poder. Elas descolam da realidade concreta, como dizem os que a defendem, e servem a interesses antinacionais de grupos hegemônicos. Elas nada têm a ver com as concepções que levam à estruturação de teorias de bases conceituais e filosóficas consistentes. Nos propomos a evidenciar esses fatos com as conseqüências da experiência brasileira e o exemplo dos infelizes caminhos que estamos seguindo, sob a condução de dirigentes sem compromissos com a Nação.

Este é um livro que pretende ser contundente, radical e claro, no sentido estrito dessas palavras. Ou seja, pretende ser verdadeiro. As leis do mundo físico são tratadas com rigor, sem salamaleques que deformem sua precisão e alterem os conceitos que fundamentam a realidade concreta. Nele, não são admitidas falsas simbologias. Por isso, a versão monetária dos fatos econômicos é excluída. Não é tolerada a forma como atualmente é utilizada, com moeda sem lastro e emitida sem critérios, salvo os da prepotência, em regime de monopólio mundial.

O livro procura mostrar a natureza ímpar, do ponto de vista histórico, do brutal processo de espoliação a que está sendo submetido o Brasil, como parte subordinada a um sistema financeiro internacional, dentro do qual, qualquer que seja seu imenso potencial de riqueza, é impossível sobreviver, caminhando de modo inexorável para a ruína como entidade coletiva historicamente constituída.

Em contrapartida, os fatores concretos do mundo econômico, como matérias-primas, energia e tecnologia, ganham nele as dimensões de apoteótica realidade, refletindo sua essencialidade, escassez ou abundância relativa. Revivendo sua valorização comparativa em sadio processo de competição produtiva. Ao sair da economia exclusivamente financeira, que tudo subordina a uma falsa simbologia monetária manipulada pela especulação, o arbítrio e a prepotência, foge-se da artificialidade estúpida para uma realidade concreta que fundamenta os fatos econômicos na sua concepção física de bens e serviços.

O que predomina porém são as deformações impostas a essa realidade natural por políticas financeiras unilaterais, conduzidas por grupos hegemônicos que conduzem os mais fracos, subjugados, pelos caminhos de um espúrio sistema financeiro. Só a ruína os espera, apesar de imenso potencial de riqueza natural, base consistente e insubstituível do processo de produção de bens e serviços. Não é porém este livro o local para demonstrar essa realidade contundente, pois ela está explícita no cotidiano do país. Apenas usaremos algumas evidências simples dessa realidade. Ao fugirmos do clima de esbórnia que caracteriza o domínio econômico pela via financeira, procuramos um caminho consistente e sério para reconduzir a vida nacional à responsabilidade e à decência.

As premissas deste trabalho são simples e claras. A primeira delas resulta da retomada do trato da produção como bens e serviços retirados da natureza - matérias-primas - por ente também da natureza que as transforma - a energia -, graças aos conhecimentos que o homem foi adquirindo das leis e princípios que regem a natureza inerte e a vida - tecnologia. Isso é tudo. As teorias que tratam da produção e da transformação de matérias-primas e bens envolvem fundamentalmente essas variáveis e valores. Qualquer teoria que procure interpretar a geração de riquezas úteis ao homem deve contemplar esta ordem de valores ou entes que a compõem, com consistência e veracidade. O monetário, se fictício, falsamente simbólico, é apenas deformador da realidade

e serve de instrumento para mãos espúrias, delinqüentes, externas e internas, atuarem de modo negativo sobre nossa vida como nação organizada.

É praticamente o que vem acontecendo com o falso símbolo monetário imposto ao mundo por inaceitável tirania baseada no arbítrio e na prepotência. Sobre essa variável fictícia, monta-se estrutura lógica de bases falsas imposta a todos por exército de profissionais que fazem valer essas falsas idéias, desrespeitam as leis da natureza, do mundo concreto, e desvalorizam o potencial de riqueza de países e povos. É o descolamento da realidade a que se referem os economistas, como se dissessem algo inteligente e não estivessem cometendo grave ato de falsidade que favorece de modo ilegítimo grupos e países em detrimento dos demais.

Como impõem essa lógica, com o suporte da tirania vídeo-financeira que nos subjuga, quem dela discorda é *démodé*, como se o trato das questões civilizatórias e da vida dos povos fosse uma questão de moda. Deste modo, todos somos tratados como tolos... e aceitamos essa condição sem enérgico protesto e disposição de decidida luta para garantir a manutenção da cabeça erguida e da dignidade.

Partimos de uma realidade inconteste em que todos os bens físicos usados na construção e suporte das civilizações e na existência, manutenção e evolução da vida dos povos estão sintetizados em dois grandes ramos dos recursos naturais: aqueles do mundo inerte, os minerais, e os que têm origem na fotosíntese, a biomassa, a qual ademais fundamenta a vida, vegetal e animal.

Os três capítulos deste livro tratam do papel e significação do continente brasileiro em relação ao trato do que resulta desses dois ramos absolutos da natureza, de onde provêm tudo o que serve ao homem em suas aventuras de construir e manter civilizações e na superação de seus infortúnios.

E, vivendo a humanidade os dois grandes colapsos de sua existência, o dos combustíveis fósseis e o ecológico, este decorrente do uso descontrolado daquele, evidenciamos a necessária ação que cabe ao povo que habita este continente tropical - *locus* das soluções para esses potenciais desastres.

A Nação brasileira encontra-se assim ante duas possíveis alternativas: ou assume sua predestinação geopolítica com autonomia e grandeza ou caminha servilmente para o desmembramento e ação predadora das forças externas que nos dominam com a conivência consentida e criminosa dos atuais dirigentes: ou seja, caminha para o suicídio.

Essa aparente predestinação é fruto do espírito colonizado que domina as mentes da atual classe dirigente brasileira, servil e traidora, portanto, seguindo a clara concepção de Ortega y Gasset: “mente colonial é aquela que ignora seu próprio espaço e seu tempo”.

Os matizes de pseudo-intelectualidade que cercam de aureola, nessa concepção de Ortega, o principal dirigente brasileiro atual, apenas reflete seu poder de verbalizar o servilismo, com elegância sem virilidade, e a intrínseca ignorância sobre o que somos, infelizmente generalizada na intelectualidade

dominante hoje. Isto materializa-se na também pseudoteoria chamada teoria da dependência, essência da definição orteguiana, que lhe é atribuída e que tem o suporte de uma esquerda falsamente vitoriosa, que suporta no campo cultural o domínio de oligarquia financeira externa mais implacável que a do colonialismo mercantil do século XIX.

A história do Brasil deste século, entretanto, até os anos 50, desmente essa tendência superficial e oportunista pós-Bretton Woods e pós-Juscelino - o presidente do modelo econômico dependente. Nesse período, despontaram as figuras anticoloniais de Floriano e, principalmente, de Getúlio Vargas, este fruto de profunda revolução político-cultural que teve seu ponto alto na Revolução de 30 e provocou a maior transformação da nossa história, com as lutas que levavam à existência de um Projeto para a Nação brasileira, hoje em processo de destruição.

Por ele, nosso povo foi libertado do espírito de dominação colonial que se estendeu até a República Velha e que agora renasce com o neocolonialismo dos Fernandos, alimentado e conduzido de fora do país por oligarquias internacionais delinqüentes. Estas submetidas à perigosa decadência, intrínseca à natureza das regiões hoje ainda hegemônicas, e dominadas pela alucinação esquizofrênica e enlouquecida provocada por uma falsa moeda, imposta como referência.

CAPÍTULO I

O PODER MUNDIAL CONTRA O BRASIL

A humanidade enfrenta situação das mais difíceis de sua história com o ocaso dos combustíveis fósseis e as conseqüências ambientais decorrentes da queima descontrolada desses combustíveis. As atuais nações hegemônicas, todas situadas em regiões temperadas e frias do planeta e, por isso, carentes de energia limpa e permanente, basearam seus projetos de poder e desenvolvimento no uso extensivo desses combustíveis, carvão mineral e petróleo.

O predomínio tecnológico dessas nações e a condição colonial das demais impuseram ao mundo essas formas energéticas. O petróleo encontra-se em processo de exaustão e o carvão mineral provoca severas conseqüências ecológicas, com perigosas mudanças climáticas. Suas imprudentes queimas - jogam-se na atmosfera bilhões de toneladas por ano de CO^2 que levaram centenas de milhões de anos sendo retiradas da mesma atmosfera - aceleram graves perturbações na ecosfera, pondo em risco seu instável equilíbrio.

As evidências dessas limitações eram conhecidas desde o início década dos anos 70, quando o primeiro informe do Clube de Roma constatou a exaustão de recursos naturais, dos quais dependem vitalmente as nações hegemônicas, sem dispor de alternativas em seus territórios. A primeira conseqüência foi o embargo de petróleo promovido pela Opep em 1973, com o apoio de corporações de petróleo - as Sete Irmãs, hoje Cinco Irmãs (Shell, British Petroleum, Exxon, Texaco e Chevron). Desde então, a situação só tem piorado, apesar de frenético esforço nos EUA, no governo Nixon, na fracassada procura de novas reservas.

Por isso, nos últimos 25 anos, ocorreu profundo ajuste no uso desses combustíveis, com medidas de conservação e procura de alternativas, posteriormente abandonadas. Esse ajuste reduziu a demanda global e alargou o horizonte de uso. Pouco porém foi acrescentado em novas reservas. A panacéia da fissão nuclear retardou a busca de alternativas, embora tenha durado pouco, sendo interrompida pelos acidentes de Three Mile Island, nos EUA, e Chernobyl, na ex-União Soviética.

Uma onda ambientalista mobilizou a opinião pública mundial nos anos 80, a partir dos EUA. Serviu para despertar para os perigos do uso extensivo de combustíveis fósseis, mas também para os efeitos da radiatividade criada pela fissão nuclear, especialmente o plutônio, de ação nefasta por centenas de milhares de anos.

Nos EUA da era Carter, e em outras partes, realizaram-se inúmeras tentativas tecnológicas visando à busca de alternativas a esses combustíveis. No

Brasil, a iniciativa foi anterior, começou em março de 1974, resultando em novembro de 1975 na criação do Programa Nacional do Álcool, na administração do ministro Severo Gomes, pela Secretaria de Tecnologia Industrial - STI.

O Proálcool evidenciou a potencialidade do Brasil no setor energético. Programa de êxito mundial, ponta de imenso *iceberg*, foi porém interrompido. Como concebido pela STI, visava não só à substituição da gasolina, mas dos derivados do petróleo e do carvão mineral por combustíveis renováveis e limpos, pois o Brasil não importava gasolina, mas carvão mineral e petróleo. As importações de petróleo chegaram a consumir, no fim dessa década, 70% de nossas exportações. Ficaram por isso inviáveis com os novos preços do petróleo provocados pelo embargo. O nosso colapso energético nessas circunstâncias era iminente.

Entre inúmeras iniciativas tomadas em vários países no último quarto do século 20, a única verdadeiramente vitoriosa foi a brasileira. Implantou-se frota de 5 milhões de veículos com motores ciclo Otto com uso de álcool, além de mistura de 24% à gasolina. Isto evitou o uso do perigoso chumbo como antidetonante. Para impedir esse mal e para evitar a importação de álcool do Brasil, os EUA optaram pelo uso de MTBE. Agora constata-se que em 31 Estados americanos esta substância contaminou 30% dos poços de água potável. Como eles não têm como produzir suficiente álcool e o Brasil desativou a ampliação da sua produção, corre-se agora o risco de virem

para cá, tomar nossas usinas e instalar grandes *plantations*, expulsando o brasileiro do campo. Uma tragédia!

Em 1986, os veículos a álcool chegaram a representar 98% da linha de produção. Os veículos a gasolina só eram disponíveis por encomenda. Devido a medidas na área financeira, a produção de carros a álcool hoje mal chega a 1% da frota nova. Os que restam a álcool estarão em uso por curto tempo. O programa foi exterminado.

Com ele, e computando-se os efeitos colaterais, o Brasil economizou em custos externos cerca de 80 bilhões de dólares. Criaram-se 800 mil empregos diretos, reduziu-se drasticamente a poluição nas grandes cidades e o país passou a deter o domínio tecnológico mundial no setor.

De modo lamentável, o programa não se estendeu aos demais derivados do petróleo, especialmente a substituição do óleo diesel por óleos vegetais - mais eficientes como energéticos e não-danosos para o ambiente. Também não ocorreu a substituição do carvão mineral importado por carvão vegetal nas siderúrgicas brasileiras, nem a construção de termelétricas com biomassa - florestas energéticas, carvão vegetal e gás de madeira, como se faz hoje com êxito em países da União Européia com rejeitos agrícolas.

Pelo contrário, implanta-se no Centro-Sul do país 49 termelétricas a gás de petróleo importado da Bolívia, Peru e Argentina, sob o controle de corporações transnacionais. Destrói-se deste modo nossa autonomia de energia limpa, com custos reduzidos, e

ativos já ressarcidos, em moeda nacional. Ascendentes preços internacionais de petróleo vão impor-se e ficaremos submetidos à chantagem de suprimento sem alternativa. O contrato de compra do gás determina o pagamento de volume pré-estipulado, quer seja consumido ou não. Além disso, pelas privatizações, os controladores externos passam a dominar a distribuição, podendo desativar os ativos hidrelétricos. Passam assim a senhores absolutos de cartel que dominará o mercado elétrico do Centro-Sul, nosso grande mercado. Sua parte onerosa, o gasoduto, foi pago pela Petrobrás.

Entre as siderúrgicas, a única nacional que usava com sucesso carvão vegetal era a Acesita - nossa mais sofisticada siderúrgica, única projetada com tecnologia nacional. Com sua privatização, abandonou-se o carvão vegetal pelo carvão mineral importado, apesar de graves danos ambientais, sociais e do balanço comercial externo, além de representar retrocesso tecnológico.

Qual a razão para tanto despropósito? O abandono do uso do carvão vegetal, neste e noutros casos, provocou milhares de desempregados, 26 mil em Minas Gerais. Somente os produtores de gusa e a Mannesmann continuam a usar carvão vegetal, limpo, renovável e produzido no país. O despropósito se deve à visão míope, incompetente e antinacional de dirigentes, ao subordinar a escolha a um processo de forjada e artificial concorrência, apoiada em nominal monetário falso, manipulado do exterior.

Deste modo, foram desprezados valores maiores e estratégias de autonomia e qualidade dos pro-

dutos finais, custos ambientais e sociais - desemprego, violência -, a saúde humana e a valorização comparativa de fatores locais abundantes. Em síntese, a soberania nacional. Provocou também danos estruturais no balanço comercial, nas contas externas e na autonomia tecnológica e energética, base universal de sadia competição. Condiciona-se tudo ao arbítrio de uma tirania financeira de comando externo.

O esforço mundial até o governo Carter, de substituição dos combustíveis fósseis, foi bruscamente interrompido a partir do governo Reagan, enquanto se promoviam guerras no Oriente Médio e jogava-se o preço do petróleo a valores inferiores aos de antes do embargo em 1973. Em 1979, o barril de petróleo chegou a 52 dólares no *spot market* de Rotterdam. Com a derrubada do xeque Yamani, ministro do Petróleo da Arábia Saudita, o preço foi reduzido à irrisória quantia de sete dólares, em processo de *dumping*. Para quê? Para tornar inviáveis - do ponto de vista monetário nominal, pela visão curta dos tecnocratas - vitoriosas iniciativas energéticas. Especialmente a mais importante delas, a brasileira, em fase inicial, mas de alto potencial tecnológico e de poder.

Os *falcões*, adeptos americanos do uso da força militar, sobrepuseram-se aos construtores de soluções da era Carter. Deste modo, as violências militar e monetária viraram norma.

Internamente, promoveu-se a "abertura" que viabilizou a implantação de modelo dito *neoliberal*, levado avante a todo custo, com a deterioração moral do processo político com as eleições de Collor e FHC

(duas vezes). Nesse processo, a tirania financeira de controle externo fez o que quis. Foram governos a serviço da oligarquia financeira internacional. Promoveram o desmonte do Estado e a entrega dos patrimônios naturais estratégicos a forças externas, quando a história econômica do Brasil neste século dependeu de modo vital do Estado. Nesse processo, a Nação está sendo destroçada, como admite seu principal responsável:

"Estamos na iminência de grave ruptura institucional."

Como complemento dessas ações, criou-se na *city* de Londres o mercado dos petrodólares, inicialmente com empréstimos a juros negativos, embora flexíveis, com o objetivo de fazer a limpeza de dinheiro sem lastro que os produtores de petróleo se recusavam a aceitar como pagamento. As vítimas desses empréstimos foram países que garantiram com seus patrimônios naturais e ativos estratégicos a limpeza desse dinheiro fictício, o Brasil à frente. Daí o processo de "privatização", na realidade internacionalização desses patrimônios e de suas empresas guardiãs.

O mesmo se deu pela Lei das Patentes com o patrimônio genético da biodiversidade do trópico úmido. Concedeu-se o monopólio mundial a corpo-rações transnacionais. Monopólio mercantil sobre a base da vida.

Desses empréstimos, submetidos depois a juros extorsivos, resultaram as *impagáveis* dívidas externa e interna que levaram o Brasil à ruína financeira em janeiro de 1999. Os desdobramentos dessa mani-

pulação, em associação com a política neoliberal, levaram à internacionalização referida - biodiversidade, sistema hidrelétrico e de águas, minérios, CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Usiminas, Embraer, Embratel, ruptura do monopólio do petróleo e das comunicações e entrega de reservas de petróleo já descobertas. Tudo praticamente de graça: moedas podres, subavaliações, incentivos governamentais, corrupção desenfreada, que serviram apenas para encher as burras de especuladores delinqüentes, aos quais nossos dirigentes servem, enquanto as dívidas se avolumaram a dimensões assustadoras e a economia nacional ficou a eles vulnerável.

Anuncia-se agora que estrangeiros se preparam para comprar, na "bacia das almas", as usinas privadas de álcool paulistas. Fecha-se o ciclo iniciado com os "empréstimos" de "petrodólares", que permitiram montar a armadilha monetária, dentro da qual é impossível sobreviver como sociedade organizada.

Financistas justificaram esses empréstimos para cobrir déficits externos criados pelas importações de petróleo. Sem dúvida, portanto, a questão energética mundial está na origem dessa armadilha financeira que esmaga nossa economia, entregue a agentes desse sistema. Não se levou em conta que a crise do petróleo - na verdade, colapso energético - abria perspectivas incomuns para o Brasil, que jamais nenhum país experimentou. Fez-se, porém, o contrário ao ignorá-las e submeter-se à fictícia rédea financeira de controle externo. Como os hegemônicos não têm soluções energéticas próprias, optam por nos

esmagar por meio dessa tirania comandada internamente por agentes nativos e com um regime político, dito democrático, que nos leva ao desastre. Fica então aberta a possibilidade de se apoderarem dos nossos patrimônios naturais estratégicos, a troco de nada.

Com a elevação do consumo de petróleo, com a volta ao descontrole anterior ao embargo e com o não-cumprimento pelos hegemônicos (exceto Alemanha) dos acordos assinados na Eco-92, o mundo caminha para perigosa situação decorrente dos maiores colapsos que a humanidade jamais sofreu: o energético, dos combustíveis fósseis; e o ecológico, do efeito estufa. Sem falar na chuva ácida. Neste caso, por exemplo, a cidade de São Paulo corre risco de perder seus acessos ao porto de Santos devido a desmoronamentos de encostas nas vias Anchieta e Imigrantes, pois a chuva ácida provoca a destruição da proteção florestal.

Os EUA têm em seu território reservas de 21 bilhões de barris para consumo diário de 16 milhões. É petróleo para menos de cinco anos, na hipótese de não reduzir drasticamente o consumo ou aumentar suas reservas, o que é pouco provável. As reservas das companhias anglo-americanas vêm caindo 6% em média anual. Alemanha, Japão, Itália e França não têm reservas. As da Noruega, Canadá e Inglaterra estão em acentuado declínio. Somente o Oriente Médio detém reservas para duas ou três décadas. Por isso os EUA ocuparam com forças militares essa região, gastando nisso, conforme a revista *International Oil*, cerca de 100 dólares por barril que importam - subsídio

várias vezes maior que o seu preço nominal em moeda falsa. Seu preço está acima de 30 dólares, cresceu mais de 300% em um ano.

Na realidade, em 1979, corrigida a inflação do dólar, o barril chegou a 70 dólares. Não será surpresa que o poder americano queira ressarcir-se das despesas militares no Oriente Médio e aumente o preço do barril para valores acima de 100 dólares. Para eles, emissores arbitrários de moeda de referência não seria problema. Além disso, é o poder militar sobre o petróleo que garante a manutenção da falsa moeda de referência. Nessas circunstâncias, os tecnocratas brasileiros impõem ao petróleo a condição de *commodity*, como se fôssemos todos uns tolos.

Nos anos 80, os EUA concentravam no Oriente Médio 60% de suas importações de petróleo e apenas 20% na América Ibérica (Venezuela e México). Hoje inverteram esses percentuais devido a grandes riscos nos países árabes. Estes, há muito, procuram defender seus patrimônios estratégicos com elevado custo de vidas e resistem a brutais embargos econômicos. Assim, é mais fácil se apoderarem das reservas de petróleo do Brasil e da Argentina, neste caso já consumado, do que enfrentar os árabes. A ruína financeira do México permitiu o controle dos norte-americanos sobre suas reservas de petróleo, entre as maiores do mundo.

Não é por acaso que a nova lei brasileira sobre o petróleo permite livremente a exportação, que passa a ser propriedade de corporações estrangeiras por compra do existente ou descoberta, o que não

conseguiram com os contratos de risco. As reservas, fruto dos êxitos da Petrobrás, que nos garantem cerca de 30 anos de consumo, estão em perigo. Podem ficar exauridas em 5 ou 10 anos.

A globalização, portanto, impôs mudanças nas matrizes energéticas para resolver a precária situação de nações hegemônicas, às custas de países como o Brasil, México, Argentina e outros.

Das formas energéticas que não têm origem no sol, apenas a energia nuclear poderia ter resultados compatíveis com a situação pela fissão ou fusão. Já analisamos os perigosos efeitos da fissão nuclear. O governo da Alemanha, em junho de 2000, resolveu desativar suas 19 plantas nucleares correspondendo à geração de 30% de eletricidade atual. A desativação da última usina elétrica nuclear ocorrerá em 2021. Quanto à fusão, é de difícil realização, pois ocorre a milhões de graus quando toda matéria sólida ou líquida se vaporiza.

O sol, como as demais estrelas, é, no entanto, gigantesco e "eterno" reator a fusão nuclear. As formas eólica, geotérmica, das marés, captação solar direta e outras ganham espaço, embora sejam restritas e localizadas. Não são, portanto, alternativas para a substituição do petróleo, de uso extensivo. A única forma energética de dimensões potenciais para ocupar o vácuo que se forma, com o declínio dos combustíveis fósseis, é a biomassa, de produção preponderante nos trópicos. Seus derivados podem substituir sob a forma sólida, líquida e gasosa os derivados dos combustíveis fósseis nas dimensões do consumo mundial, atual e futuro.

Com exceção das energias das marés, geo-térmica e nuclear, todas as outras formas utilizadas pelo homem, tanto fósseis como renováveis, provêm do sol. A energia de origem fóssil exige centenas de milhões de anos para se formar. Ela representa capital energético acumulado em eras geológicas. São, portanto, não-renováveis. É impossível recompor suas reservas quando esgotadas. Esse capital solar armazenado nos fósseis foi depauperado pelo uso desordenado de uma sociedade de consumo suicida.

Os combustíveis derivados da biomassa são renovados permanentemente pela captação da radiação solar, graças à fotossíntese dos vegetais, excepcionais coletores naturais.

Essa energia é acumulada sob a forma química nos carboidratos (açúcares, amidos, óleos vegetais, celulose e hemicelulose), todos de fácil conversão em combustíveis, com tecnologia que dominamos, a mais avançada em todo o mundo.

A incidência de radiação solar sobre o hemisfério da Terra corresponde, por dia, à mesma ordem de grandeza das reservas de petróleo. A radiação solar, porém, concentra-se nas regiões tropicais. Regiões temperadas e frias, onde se localizam hoje os países hegemônicos, não têm a espetacular vocação energética dos trópicos. Por isso, somos levados a concluir que as futuras civilizações autônomas somente serão possíveis nos trópicos. Sem energia nada é possível, nem o mundo econômico, nem as dinâmicas do cosmo ou do átomo. Nem as civilizações.

Nas regiões tropicais, predominam vastos oceanos e desertos, além de estruturas nacionais de insuficiente nível técnico, incapazes de extensos e eficientes processos produtivos de biomassa e seus derivados energéticos.

O Brasil, entretanto, é o incomparável continente dos trópicos, com mais de 20% da água doce do planeta e com nível tecnológico agroindustrial para ser o grande fornecedor de energia limpa e renovável da humanidade. Somos por isso predestinados a construir a civilização dos carboidratos, de energia abundante, limpa e renovável, que dependem do sol e da água, abundantes nos trópicos brasileiros. Somos a Nação do Sol e das Águas. Nossa vocação energética não é a dos combustíveis fósseis, dos hidrocarbonetos, estamos predestinados à construção da **Civilização dos Hidratos de Carbono**, como demonstrou o químico brasileiro Sebastião Simões Filho.

O Worldwatch Institute, no relato *Situação do Mundo - 1997*, prevê o surgimento de novo grupo de poder mundial, designado E-9, de Environment (Meio Ambiente), relacionando-o portanto com questões ambientais e, naturalmente, energéticas. Ele será mais poderoso no futuro que o atual Grupo dos 7 grandes (G-7), conforme atesta. Entre os 9 países do E-9, três são considerados superpotências: EUA, maior potência econômico-militar e maior agressor ambiental; China, segundo maior agressor, com potencial para tornar-se o primeiro; e Brasil, único entre os nove não-predador, com potencial e competência técnico-econômica para resolver os previstos colapsos ambiental e

energético do planeta. Os demais membros do E-9 são: Alemanha, Japão, Rússia, Índia, Indonésia e Inglaterra.

É neste contexto político de poder mundial que o Brasil tem o dever de colocar-se, deixando de comportar-se como país dependente, satélite de decadentes nações que mantêm artificialmente laivos de hegemonia. Essa postura leva - está levando - à desagregação nacional, em postura incompatível com nossa história, com o que nos legaram nossos ancestrais, além de ser criminosa para o destino das futuras gerações de brasileiros. Ou assumimos nosso papel ou seremos esmagados. A história costuma ser implacável com os fracos.

Nações hegemônicas não admitem competidores, mesmo que legítimos. Por isso, montaram sistema financeiro guarnecido por "exército de ocupação" de tecnocratas e políticos que detêm o poder. Somente outros dirigentes e um novo regime, compromissados com o que é essencial à nossa sobrevivência como povo e como cultura, poderão nos salvar. Nessa empreitada, países importantes a nós se juntarão e de nós esperam postura mais compatível com o que representamos.

Pela natureza tropical, pela riqueza do subsolo, pela gente que habita este continente, fruto de maravilhosa miscigenação de raças e de culturas, pela alegria de viver, pelo que fizeram nossos ancestrais, somos predestinados a construir nova civilização, mais justa, se nos libertarmos do colonialismo neoliberal. A história ensina: as civilizações não são exterminadas, elas se exterminam.

CAPÍTULO II

OCASO DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E O NOVO COLONIALISMO

J. W. Bautista Vidal e
Gilberto Felisberto Vasconcellos

Crise das Nações Hegemônicas. Desmoronamento do Sistema Financeiro Internacional ou desmonte de Estados Nacionais com ricos patrimônios naturais. Carências minerais dos grandes blocos econômicos, EUA, União Européia e Japão. Brasil, grande potência ecológica da humanidade. Estratégia geopolítica das potências econômico-militares para a Região Amazônica

Eis a questão fundamental de nosso tempo: estamos diante de uma crise decorrente do desmoronamento estrutural do Sistema Financeiro Internacional ou ela tem por objetivo promover o desmonte de Estados Nacionais detentores de ricos patrimônios naturais estratégicos?

Até há pouco tempo, sabíamos para onde caminhava a humanidade. Hoje, vagamos perdidos sem saber para onde vamos. Vivemos a destruição dos va-

lores que fundamentaram nosso passado, sem que novos valores sejam criados. Fala-se no fim da história, como se isso fosse possível sem destruir o homem.

Vivemos profunda crise monetária mundial, com gravíssimas conseqüências sociais, econômicas, culturais e geopolíticas. Após devastar as finanças do México e de países asiáticos - anteriormente tão elogiados pelos neoliberais pela integração ao sistema financeiro mundial - alcançaram a Rússia e o Brasil, este em janeiro de 1999. Até o Chile, que fez tudo conforme os cânones desse sistema, terminou o ano de 1998 com um déficit em conta corrente de 7%, próximo das cifras que provocaram as *débâcles* financeiras no México e na Tailândia e superior ao do Brasil.

A crise, portanto, não é geográfica e não chegou ao âmago do sistema, às nações hegemônicas, delas porém se aproxima e as ameaça. Para o prêmio Nobel Modigliani, é iminente o colapso. O sistema financeiro de poder mostra sinais evidentes de decrepitude.

Seu intenso poder destrutivo tem sido reservado para regiões de economias emergentes dispondo de amplos mercados que, de um modo ou de outro, dispõem de elevadas potencialidades concretas. Uns, com fortes projetos nacionais e grande capacidade de trabalho e de organização, como os asiáticos; e outros, com elevados potenciais de recursos naturais estratégicos, como o México (petróleo), Argentina (alimentos), Chile (cobre) e Brasil (minérios,

biodiversidade e energia renovável), no momento em que países hegemônicos, ditos ricos, estão em situação desesperadora em setores naturais estratégicos.

Não foi por acaso que o primeiro a cair fosse o México, dispondo de imponentes reservas de petróleo na América do Norte. O epicentro da *déblâcle*, porém, como diz o Secretário-geral da Unctad, Rubens Ricupero, localizou-se na Tailândia.

O poder destrutivo dessa crise foi concentrado em regiões em transição com altíssimas potencialidades, mas submetidas às regras impostas pelo FMI, Banco Mundial e burguesia financeira internacional, que os comanda. Por essa dependência, tornaram-se vulneráveis e débeis, pois estão subordinadas a um suposto processo de integração com os centros de poder financeiro, controladores da moeda de referência.

Os países ditos desenvolvidos, entretanto, não apenas foram poupados dos efeitos desse processo, mas, ao contrário, foram altamente beneficiados por ele. Hoje, parece claro ter sido esse processo montado para tornar os ricos ainda mais ricos pela via monetária, apesar de profundas carências em setores cruciais, como o mineral e da fotosíntese - energia. A estratégia visa à superação dessas gravíssimas vulnerabilidades.

Eles ganharam escandalosamente nesse processo, devido ao colapso provocado nos preços internacionais de recursos naturais essenciais à produção pelos oligopólios e cartéis compradores: matérias-primas escassas e energia, além do barateamento de

importações de manufaturados de nações forçadas a desvalorizar suas moedas.

O impacto cumulativo desses efeitos, além da truculência do sistema financeiro internacional, com o controle de arbitrária e suspeita moeda de referência e suas unilaterais políticas impostas aos países dependentes, explicam o "milagre" da economia norte-americana, que permitiu financiar seus colossais déficits em conta corrente. Isto deu a improvisados analistas do terceiro mundo a impressão de grande poder, na realidade de natureza ilegítima e espúria e sem condições de persistir por falta de fundamento concreto no mundo físico que suporta a produção e o poder.

Assim, comprova-se o equívoco da idéia -se algum momento existiu - de que países ditos em desenvolvimento, subjugados a esse sistema monetário, pudessem fazer crescer suas economias de forma mais acentuada que as dos ricos. Ela fracassou, como não poderia deixar de ser, nas condições estabelecidas por esse sistema dominante. Assim, o próprio conceito de países em desenvolvimento desmorona.

Ou seja, a conceituação de que esses países chegariam ao desenvolvimento, obedecendo a regras impostas por esse sistema, é falsa. Os resultados a que chegaram eram facilmente previstos quando consideradas as políticas unilaterais que lhes foram impostas, especialmente quando se acentuaram os meios de opressão sobre eles pela via financeira, no contexto da ideologia neoliberal e das práticas da globalização.

Outra característica comum àqueles atingidos pela *débâcle* financeira é que ela se concentra, de modo preferencial, como diz o Secretário-geral da Unctad, entre os mais avançados desses países emergentes que, ademais, dispõem de importantes mercados internos e destacados patrimônios naturais estratégicos.

Os africanos, que entre os pobres não oferecem perspectivas de desenvolvimento em futuro próximo, não estão entre as vítimas da *débâcle* financeira. Uma razão evidente é a falta de acesso desses países aos mercados financeiros privados, cuja volatilidade de seus ativos - nem mais "papel pintado" é - constituiu-se na principal causa dos gravíssimos estragos causados nos desmoronamentos de moedas nacionais. Ou seja, a principal razão do desastre está na própria essência do sistema monetário.

Diz Rubens Ricupero: "Se o desenvolvimento é processo que deveria em tese reduzir o grau de vulnerabilidade das economias a choques externos, como explicar que alguns dos mais afetados tenham sido justamente aqueles como a Córeia ou Hong Kong, considerados como quase promovidos ao clube dos ricos? Ou então países como a Malásia, Tailândia, Indonésia, Brasil ou, no prévio e similar episódio de 95, México e Argentina, nações que sempre figuraram no pelotão de frente da inserção na economia monetária mundial?"

Nesses casos, não estaria em contradição a receita que recomenda a inserção rápida e radical à economia global como o melhor caminho para o desenvolvimento? Essas nações fracassadas dentro des-

se sistema tiveram em comum a suicida aspiração de se "integrarem" à economia globalizada, estruturada de modo matreiro, principalmente pela via financeira, para servir aos interesses dos países ricos, por meio de implacável destruição daqueles com importantes potenciais em recursos naturais estratégicos.

As nações hegemônicas sofrem carências em questões essenciais: energia, meio ambiente, matérias-primas, água, patrimônio genético. Além de desordem financeira, inconsistência ideológica, degeneração moral, desprezo pelo ser humano e pela vida.

Elas precisam urgentemente equacionar suas carências, pois estão criando situações insustentáveis para o futuro de seus povos. Não se vive eternamente apenas de falsa moeda, seja ela "papel pintado" ou moeda digital, pois o mundo da produção e da riqueza consistente fundamenta-se no universo concreto de natureza física. A farsa da moeda fictícia tende a entrar em colapso por absoluta inconsistência com a realidade.

O que fundamenta o projeto das nações hegemônicas são razões de natureza geopolítica, resultantes de desastrosa situação quanto à disponibilidade de recursos naturais estratégicos renováveis e não-renováveis. Essas carências são tão graves que podem levar a graves conflitos, como a chamada "guerra das matérias-primas", prevista pelos autores norte-americanos George Friedman e Meredith Lebard em seu livro "EUA & Japão, Guerra à Vista". A dependência dos principais blocos econômicos, EUA, Japão e União Européia (UE), em minerais é assustadora, como veremos no capítulo seguinte.

Na realidade, essas carências fundamentais deixam as sociedades industrializadas em situação de grande vulnerabilidade e tendem a promover conflitos semelhantes aos que hoje existem na área do petróleo.

Essa situação fica agravada pela demanda desenfreada e perdulária que as sociedades de consumo impõem a seus povos, criando graves desequilíbrios, que têm piorado com a concentração de riqueza nas mãos de grupos e de países ditos ricos, conforme atesta o "Relatório sobre o Desenvolvimento Humano" do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), atualizado todos os anos. Nele fica claro que as ações de globalização neoliberal têm ganhadores certos que são os países ditos mais ricos. Isto pode levar a um grande número de explosões de revolta em várias parte do mundo, como previram membros eminentes do neoliberalismo internacional na reunião do fóro de Davos, na Suíça, onde anualmente se reúnem.

Esse brutal desequilíbrio entre os que consomem e os que detêm as reservas naturais é forjado pelo arbítrio do poder da moeda internacional de referência, que retira desses recursos as vantagens comparativas que deveriam ter. Essa moeda, como suposto símbolo de todas as riquezas, emitida em regime de arbítrio, sobrepõe-se a todos os fatores, principalmente ao que é concreto, ao mundo físico, desvalorizando-o, como ocorre com os escassos recursos minerais estratégicos. Criou-se deste modo uma ditadura financeira de moeda falsa que torna os países

detentores de grandes riquezas naturais impossibilitados de serem recompensados pela sua contribuição para o bem estar dos ricos. O poder desse dinheiro fictício retira o valor dos bens essenciais da natureza e leva os povos que detêm esses patrimônios naturais insubstituíveis à miséria. A competição fica reservada apenas aos membros do clube fechado controlador desse fraudulento sistema financeiro internacional. O controle da situação se dá por meio de instrumentos financeiros unilateralmente estabelecidos e administrados pelo arbítrio dos emissores monetários, tais como taxas de câmbio, juros, níveis de inflação etc..

Ademais, há de se considerar o outro grande perigo de colapso mundial, além do energético, que ocorre no campo ecológico. O Informe 1997 "A situação do Mundo" do *Worldwatch Institute*, referido no capítulo anterior, definiu um novo grupo de poder mundial, o Grupo E-9 (E, de Environment), composto pelos Chefes de Estado das nove nações mais importantes do mundo no campo ambiental. O Informe afirma que o E-9 terá no futuro papel de maior importância para a humanidade do que o atual Grupo dos 7 (G-7), restrito às questões econômico-financeiras, que hoje regem artificialmente o mundo. Naquele grupo, o Brasil situa-se entre as três superpotências - as outras duas são EUA e China, os dois principais agressores ambientais. Entre as nove, o Brasil é o único país não predador, que tem soluções definitivas para as graves questões ecológicas do planeta. A questão ambiental mais grave, o efeito estufa, é, de

modo intrínseco, ligada aos combustíveis fósseis e estes estão no centro do jogo de poder mundial. Neste, os grandes perdedores seriam as nações atualmente hegemônicas, os grandes consumidores desses combustíveis, sem alternativas válidas. Com o fim da era do petróleo, está em risco a sobrevivência das civilizações de consumo contemporâneas. Por isso, os EUA ocuparam militarmente o Oriente Médio.

De modo surpreendente, porém, a classe dirigente brasileira está de costas para essas gravíssimas questões, e a cultura brasileira sofre de alienação profunda em relação ao papel que representa como única solução identificada: o potencial de nosso território tropical, de dimensões continentais.

As nações hegemônicas, contudo, postergam as soluções dessas questões e preferem, em contrapartida, garantir os meios naturais de que carecem pelo uso da força ou pelo acesso ilegítimo via o enfraquecimento de Estados nacionais que detêm esses recursos e por meio de um espúrio sistema financeiro que controlam.

O general Patrick Hughes, chefe do Serviço de Informações das Forças Armadas norte-americanas, em conferência no Massachusets Institute of Technology - MIT, tendo como pano de fundo supostos incêndios na floresta tropical úmida de Roraima, onde existem "campos gerais" e não florestas tropicais, ameaça com a invasão armada norte-americana nas seguintes hipóteses:

a) ameaça de desastres ecológicos que atinjam em seus efeitos o território dos EUA; e

b) escassez de recursos minerais estratégicos.

Nos forjados incêndios da floresta tropical úmida de Roraima, foi prevista a ocupação da área pelos "boinas verdes" das Nações Unidas que, uma vez ocorrida, jamais sairiam da região. Felizmente, as Forças Armadas brasileiras reagiram e impediram tal ocupação indevida, que feria de modo frontal nossa soberania. As outras duas razões para "justificar" uma intervenção militar dos EUA, conforme o referido general, seriam o terrorismo nuclear e o narcotráfico, também com suporte de forças internacionais na região amazônica.

A possível intervenção militar das forças da OTAN na região subcontinental ibero-americana, fora da sua área de jurisdição, originalmente limitada à Europa, representa também grave perigo sobre a Amazônia, principalmente depois do que ocorreu em Kosovo, na Iugoslávia.

Por essas e outras "razões", o Brasil é a hora da vez, a nação-continente dos trópicos que, submetida a brutal dependência financeira externa, caminha para a ruína econômica, para o extermínio de seu povo e para o esfacelamento de seu rico território. Protetorados estrangeiros e republiquetas, impossíveis de se transformarem em nações soberanas, são o destino que sua classe dirigente atual quer ver rapidamente consumado para o território brasileiro. Na realidade, após a *débâcle* de janeiro de 1999, pela ação programada do governo, o Brasil transformou-se em protetorado do FMI.

A estabilização monetária, imposta por taxa de câmbio artificial criou no Brasil moeda em falsa

paridade com o dólar. Na prática, isto resultou em transferência para fora do país do controle de patrimônios naturais estratégicos; destruição do pacto federativo; desmonte do Estado e, em janeiro de 99, *débâcle* das finanças nacionais, levando o país ao desastre econômico.

Tudo começou, como já vimos, com a montagem de impagável dívida externa com juros flutuantes arbitrados pelos credores, que têm o arbítrio do monopólio de emissão. Esse monopólio foi denunciado desde os anos 60 - "inexplicável privilégio" - por De Gaulle. Com a criação do euro, possível alternativa européia ao dólar, essa denúncia foi reiterada pela França de Chirac-Jobim. O euro poderá vir a representar o papel de moeda-verdade, contrapondo-se à ditadura da pseudomoeda dólar.

Espúrio processo de "renegociação" de nossa dívida conduziu o país à incapacidade de ação e de defesa, com a conivência de inescrupulosos dirigentes. Nessas condições, houve intervenção externa direta em questões fiscais, tributárias, de gastos públicos, regime cambial, liberalização comercial e de inversões estrangeiras, propriedade industrial - nefanda lei de patentes - e nas chamadas privatizações.

Estas transferiram para o controle externo, em muitos casos de suspeita natureza, ou seja, por quase nada, ativos públicos acumulados em meio século de dedicado trabalho de todo um povo. Tudo com a conivência culposa do Congresso Nacional que não apresentou qualquer reação contrária em defesa do controle nacional de cruciais reservas naturais. Esse processo tam-

bém transferiu o controle de complexas estruturas guardiãs desses patrimônios naturais estratégicos: as eficientes empresas de economia mista. Sem qualquer dúvida, esse processo caracteriza um projeto suicida!

Nação de dirigentes subalternos, o desmonte estrutural do Estado brasileiro foi conseqüência de sistema financeiro opressor que, ademais, impede políticas públicas de interesse nacional. Nem mesmo a moeda nacional restou. O FMI, o Organização Mundial do Comércio - OMC e o Banco Mundial governam do Palácio do Planalto.

Relações da moeda com o mundo concreto. Aparato conceitual das "teorias" econômicas. Novo colonialismo e a Quarta Guerra Mundial.

Nesse quadro, as nações hegemônicas jogaram pesado com a desvalorização dos bens naturais, matérias-primas e energia. Vejamos alguns exemplos:

a) os preços do cobre e do chumbo, nos anos 80, com a economia mundial ativada, eram inferiores aos de 1932, quando tudo estava parado pelo "crack" de 29;

b) a tonelada de minério de ferro era exportada em 1986 ao valor de 22 gramas de ouro; hoje, mal chega ao valor de 1,5 grama;

c) o gigantesco aumento da demanda mundial de quartzo, provocado pela tecnologia do silício, reduziu o seu preço de 5 dólares o quilo para menos de meio dólar (o Brasil é praticamente o único fornecedor mundial de quartzo de primeira qualidade);

d) o preço do barril de petróleo, levando em conta a desvalorização do dólar, até abril de 1999, era inferior ao seu preço antes do embargo do petróleo, em 1973, quando se considerava que as reservas eram infindáveis;

e) na agricultura, cada unidade de energia nela utilizada reproduzia-se entre 15 e 50 vezes. A agricultura mecanizada atual necessita mais de 15 unidades de energia para produzir uma unidade energética em matéria protéica.

Mesmo assim - incrível! - o sistema monetário promove elevado lucro para as corporações transnacionais do ramo! Ao não simbolizar riqueza concreta, o dinheiro faz seu próprio jogo, reproduzindo-se por si mesmo. Nem cocaína consegue dar a recompensa que a supervalorização da moeda impõe. Essa desqualificação dos bens naturais essenciais é promovida por sofisticadas "teorias", ditas econômicas, fundamentadas exclusivamente nessa variável monetária que nada simboliza. Por isso, é imperioso rever o aparato conceitual dessas "teorias". Elas são causas principais dos infortúnios dos seres humanos e de nações que teriam tudo para ser ricas, mas que refletem em miséria os incríveis ajustes à uma "ordem" mundial espúria.

O que chamam de "economia", portanto, não é senão um sistema irreal, baseado em abstrata e fictícia variável monetária, sem vínculo, ainda que simbólico, com o mundo concreto, do qual porém depende de modo vital. Dele provém os fatores físicos de produção que dá vida às civilizações: energia,

matérias-primas e tecnologia. A escamoteação destes, substituídos por moeda que não os simboliza, como essas falsas teorias procuram impor, desfaz vínculos essenciais da realidade física, configurando sua escamoteação. Esta é a conceituação que hoje comanda o poder financeiro mundial.

Ao excluírem os fatores nacionais no modelo de crescimento dependente utilizado no Brasil nos últimos 50 anos - base ideológica da CEPAL -, ausentes nos pacotes tecnológicos agregados fora do país, deixam esses fatores de serem opções de uso. Ignora-se, assim, pela natureza do modelo dependente, a valorização comparativa dos fatores locais de produção. Tudo se resume, portanto, à função do dinheiro, como se ele fosse o símbolo absoluto da riqueza e do poder, o que é falso. Isto se mantém até hoje, exacerbado pelo neoliberalismo; ou seja, a escamoteação é a norma.

É fundamental, portanto, na dinâmica monetária especulativa em uso, discernir entre o que é causa e o que é efeito. No roteiro que vai do concreto ao abstrato, dos elementos físicos (energia, por exemplo) para a abstração monetária, constata-se a necessidade de inverter a sistemática atual do mundo dependente, em que se parte do abstrato, pela via do dinheiro de controle externo, para chegar-se ao concreto, à realidade do mundo físico e à necessidade de sua valorização comparativa. Daí o absurdo: nações com esplêndidas riquezas naturais caminham para o infortúnio.

O aparato formal da economia criada por essas "teorias", oculta a base física do universo. É o que

os economistas chamam de descolamento da realidade, como se isso fosse possível e saudável e não apenas uma irresponsável e artificial tendência destruidora. Uma tendência de má-fé, que configura crime ao se lhe dar a condição de inexorável.

Essa é a causa pela qual fatores que fundamentam o poder das nações - dimensão territorial, importância demográfica e riqueza em matérias-primas estratégicas- não mais se constituem em razão de poder, mas, ao contrário, de crescentes dificuldades. Índia, China, Brasil, Nigéria, Indonésia, Paquistão, México e Rússia são exemplos dessa surrealista situação. Os EUA, que deveriam estar próximos desse contexto, apesar de sofrer graves carências energéticas e de matérias-primas estratégicas, diferenciam-se no entanto por serem emissores monopolistas da moeda de referência internacional.

Surgem, então, hipóteses nada convincentes ou fundamentadas para explicar as "novas" causas da riqueza das nações. Elas procuram obscurecer o que designamos por Novo Colonialismo, fruto de processo opressivo, instalado principalmente pela via financeira, fundamentada em uma pseudomoeda, que está jogando os principais países ditos emergentes no caos econômico e os povos do mundo em processo de crescente violência. Ele substitui, com acréscimos, o velho imperialismo, e submerge no desespero países que tudo teriam para se transformar em prósperas e poderosas nações.

Ignacio Ramonet, do *Le Monde Diplomatique*, evidencia em janeiro de 1999 que, desde 1989, final

da guerra fria, houve cerca de sessenta conflitos armados que causaram centenas de milhares de mortos e mais de dezesseis milhões de refugiados. Ou seja, estamos na quarta guerra mundial não declarada, assim como a terceira, que encerrou-se com o fim da guerra fria.

Ante as gravíssimas dificuldades das nações hegemônicas em questões energéticas - e suas carências em matérias-primas estratégicas -, ficam claras as contingências que levaram à montagem da falsa simbologia monetária, na suposição de que a moeda, por natureza - o que é falso - é símbolo automático de todas as riquezas. Trata-se, na realidade, de uma simbologia esquizofrênica, distante da realidade concreta. Na ausência de patrimônios naturais estratégicos próprios, foi criada essa fraudulenta forma de simbolizar a riqueza que possibilita apoderar-se do alheio, a troco de nada! Esse é o instrumental usado na subjugação de Estados nacionais, responsáveis legítimos pelo controle desses patrimônios essenciais. Daí o crime das "privatizações" - na realidade, internacionalização - das nossas empresas estratégicas de economia mista, guardiãs desses patrimônios. O Brasil é, pois, a mais eloqüente vítima desse processo que designamos de Novo Colonialismo, mais cruel que o que criou as tradicionais colônias.

Com o indiscutível declínio de uso dos combustíveis fósseis e a escassez de matérias-primas estratégicas, surge assim o tenebroso espectro do Novo Colonialismo para subjugar as nações em cujos territórios situam-se portentosos patrimônios naturais.

É o peso da natureza na estrutura da produção e do poder, o fundamento concreto para uma possível resistência à apocalipse que se aproxima, fruto dessa celerada política neoliberal. Dessa resistência, podem ser extraídos os elementos para a criação de entes capazes de simbolizar com legitimidade a verdadeira riqueza, único modo de salvar do descrédito e do colapso universal esse ente essencial às relações de troca: a moeda.

O caminho inverso, que parte de moeda especulativa, digital e volátil, para chegar a bens cruciais da natureza, como se faz hoje, sacrifica e escamoteia a realidade concreta, a base física do universo. Isso forja a ignorância e a má-fé sobre o valor de elementos essenciais à produção: a energia, a tecnologia - que dá forma às estruturas de produção e poder - e as matérias-primas estratégicas.

Esse é o alimento da alienação de dirigentes ignorantes, desconhecedores do espaço e do tempo em que vivem, sobre o qual deformam a história dos ricos territórios nacionais que desgovernam, esfacelando-os por meio de falsa simbologia de uma pseudomoeda, de controle externo.

É preciso, portanto, voltar ao roteiro natural e reconquistar a credibilidade deste ente complementar essencial às relações mundiais de troca. A atribuição de valor ao que é concreto, faz ressurgir a seriedade que é exigência básica de qualquer símbolo respeitável que, com legitimidade, represente o universo dos bens patrimoniais e de utilidade. Primeiro a energia, e demais recursos naturais estratégicos, que baseiam, fazem

movimentar e transformam o mundo físico e a vida; depois, os símbolos que, para ser legítimos, necessitam representar, simbolizar a realidade concreta do universo físico e das relações sociais e humanas.

A desvinculação da moeda do fluxo de mercadorias e serviços assusta e transforma os meios de trocas em instrumentos de ação de máfias especializadas em derrubar moedas nacionais, em conluio com autoridades financeiras locais e internacionais. Deste modo, levaram à miséria milhões de seres humanos, no México, na Indonésia, na Coréia do Sul e no Brasil.

As *plantations*. O vaticínio de Kissinger. Ditadura financeira e *débâcle* nacional.

Reservas naturais de alguns países permitem superar as carências estratégicas dos hegemônicos, especialmente aquelas que resultam do ocaso dos combustíveis fósseis e da escassez de matérias-primas. A exaustão de minerais; a escassez de água; a limitação do patrimônio genético; a ausência de grandes extensões de terras agricultáveis e, sobretudo, a reduzida incidência solar representam graves entraves, embora possíveis de ser superados a partir dos trópicos.

Os mais industrializadas não poderão manter os atuais níveis de consumo se lhes faltarem os recursos naturais essenciais, escassos ou inexistentes em seus territórios. Esses países caminham para o declínio, a não ser que venham a valer-se de patrimônios estratégicos de nações que dispõem de elevado potencial de energia renovável e limpa; abundância de água;

biodiversidade e variada riqueza mineral. Nessas condições, desponta o Brasil com excepcionais potencialidades. Entretanto, por isso e nas atuais circunstâncias, pode se transformar - está se transformando - em vítima, tendo o seu projeto nacional truncado, ao ter que satisfazer interesses que não são os seus.

Seguindo a atual tendência, surgirão *plantations* norte-americanas na produção de biomassa para resolver o problema energético dos países hegemônicos, sob o controle de corporações transnacionais e não de empresas de capital nacional, como vem sendo a produção de álcool combustível.

Desde 1930 implanta-se no Brasil importante civilização dos trópicos - em vez da colonial civilização nos trópicos -, com excepcionais condições naturais. A abundância das fontes energéticas, renováveis e limpas, impossíveis de serem alcançadas nas dimensões brasileiras por qualquer outro país, conforma-lhe condições únicas.

Como a disponibilidade de energia é pré-condição para empreendimentos civilizatórios consistentes, pode-se prever que as regiões tropicais estão predestinadas às civilizações permanentes do futuro. Elas jamais serão fruto de aventuras preconizadas pela violência ou pela manipulação de falsas simbologias.

A evolução brasileira, prejudicada desde metade dos anos 50 pelo modelo econômico dependente da CEPAL, a partir de 1979, foi submetida à intervenção externa e desvio de rumos. Iniciou-se o desmonte do Estado, intensificado em 1989 pelo presidente Collor de Mello com a doutrina neoliberal e

exacerbado por Fernando Henrique Cardoso com o plano de estabilização monetária do FMI.

Essa devastadora dinâmica predadora, porém, não ocorreu por acaso. Os anos 70 foram de grandes avanços na construção do país. O Brasil deu saltos qualitativos importantes com a implantação de indústria de bens de capital própria e de setores industriais sofisticados, como farmacêutico, aeronáutico, petroquímico, eletrônico e de insumos básicos; a substituição dos derivados do petróleo por combustíveis próprios ao trópico e, principalmente, pela fase mais importante do processo de substituição de importações: a do desenvolvimento tecnológico autóctone. Este caminhava de modo célere com a inovação do uso de forma energética permanente e limpa: a biomassa.

Grandes avanços na educação de pós-graduação, centros de produção tecnológica com competência internacional em área de vocação nacional: energia renovável, metais refratários, produtos farmacêuticos naturais, materiais estratégicos etc., constituíram-se em sólidos pilares para um desenvolvimento industrial consistente. Surgia assim, embora em fase incipiente, os primórdios de importante nação industrializada competitiva, a partir dos trópicos.

Essas iniciativas assustaram a superpotência hegemônica, levando Henry Kissinger, como reação, em 1978, a dizer: "A segurança dos EUA não pode permitir um outro Japão ao sul do equador".

Kissinger, porém, não disse tudo ao referir-se ao Japão, a principal nação que, neste século, deu o salto passando a competir com as mais poderosas.

Nem de longe referiu-se à imensa potencialidade brasileira, especialmente nos cruciais setores energético e mineral, em que as potências econômicas têm carências insuperáveis.

O processo iniciado em 1979, com a retirada do controle de mãos nacionais de instrumentos de ação e de defesa, tem sido vertiginoso, fruto de programado roteiro: o *Consenso de Washington*. A vítima, o Brasil, foi excluída do "consenso". Nessa sistemática de intervenção, não resta ao Estado nem mais o controle de seus ricos patrimônios naturais, essenciais aos países hegemônicos, com consumos incompatíveis com seus próprios meios.

Com processos espúrios, ilegais e mesmo em agressão direta à Constituição, desde 1979, grandes transformações ocorreram no controle desses patrimônios, fruto da ideologia neoliberal, das práticas da globalização e de medidas jurídicas e institucionais ilegais, propugnadas pelo *Consenso de Washington*.

A ditadura financeira forçou as "privatizações" de empresas estratégicas e básicas de economia mista, sem que nenhuma delas fosse privatizada sob o controle de nacionais. Foram transferidas para grupos externos, às vezes para corporações estatais estrangeiras e até para entidades de origens suspeitas.

Sob a égide dessa tirania, deu-se a *débâcle* financeira, em janeiro de 1999. Sua anatomia identifica-se com a situação energética-ambiental mundial, neste início de milênio.

A crise do petróleo acabou?

A prevista falta de energia mundial reflete-se na ocupação do Oriente Médio por forças militares norte-americanas. Isto dá aos EUA o controle sobre mais de 70% do que resta de petróleo e ao dólar a "credibilidade" que lhe falta para manter-se como moeda de referência, somente garantida por ser a moeda que compra petróleo, o combustível que ainda movimenta o mundo.

A situação das reservas de petróleo foi amplamente discutida até o início dos anos 80, quando ficaram claras as conseqüências do seu ocaso. A partir daí, a mídia mundial impôs silêncio, fechado bloqueio sobre esta questão, dando a impressão de que a crise, prenúncio de colapso, tinha acabado.

Desde o embargo do petróleo, em 1973, não se descobriram reservas de petróleo para um ano de consumo. Inúmeros programas de busca de alternativas no governo Carter foram interrompidos sem explicações. O esforço fracassado na procura de novas reservas no governo Nixon foi tal que a revista *Newsweek* classificou-o de "frenético". A crise agrava-se a cada dia... e caminha para o conflito.

É surpreendente como, até abril de 1999, quanto mais próximo o fim do petróleo, mais os preços baixavam... Eram inferiores aos preços que tinham antes do embargo, em 1973! O presidente do *Institute of Gas Technology*, de Chicago, afirmou em 1980: "Há vinte anos vimos advertindo ao governo dos EUA que este país caminha para situação gravíssima com a crescente escassez das reservas mundiais de petróleo".

Como será possível a sobrevivência dos grandes consumidores de petróleo com a exaustão das reservas e a crescente demanda mundial? Dez países consomem cerca de 80% da energia gerada no planeta. Ademais, há a cegueira de dirigentes de importantes nações de clima tropical, negligentes diante das imensas potencialidades de seus países. Mentes colonizadas, eles não se interessam em conhecer a natureza física do território que habitam, pensam em soluções vindas do mundo "avançado", das metrópoles coloniais. Mentes mais colonizadas, é impossível!

Como energia somente existe na natureza, o homem colonizado dos trópicos, ao ignorar seu habitat, desconhece o principal meio que a natureza oferece para permitir a construção e a manutenção de civilizações, o potencial energético dos trópicos.

O comportamento do homem colonizado, além de inadequado e inepto é perigoso, pois afasta a busca das soluções para os perigos de colapsos jamais enfrentados pela humanidade, o energético e o ambiental, este último pondo em perigo a estabilidade termodinâmica da ecosfera. Ambos resultam de uma mesma causa: a queima descontrolada de combustíveis fósseis. E têm como solução a substituição deles por combustíveis renováveis e limpos dos trópicos.

Os caminhos, porém, para conduzir essas cruciais questões têm sido pelo uso da força, como vem ocorrendo de modo sistemático na região do Golfo Pérsico, ou pela via do enfraquecimento dos Estados nacionais, ou seja, pelo Novo Colonialismo.

Este objetiva desmontar as economias de países que detêm elevados potenciais energéticos e, por esse meio, apoderar-se deles, a troco de nada. São exemplos, o México, com o petróleo, e o Brasil, com grandes potenciais de formas energéticas renováveis e limpas.

Com idênticos objetivos, os EUA traçaram estratégia militar para o controle dos mares Cáspio e da China, regiões com perspectivas potenciais de reservas de petróleo. O confronto com duas potências nucleares, a Rússia e a China, não foi suficiente para deter essas perigosas estratégias.

A natureza como fundamento de riqueza. Protetorados estrangeiros: saldo da destruição nacional.

Se a estrutura conceitual das "teorias" que orientam as políticas econômicas tivesse por base os contextos naturais e sociais aos quais são aplicadas, poderíamos entender melhor as motivações do que vem ocorrendo. Com a pseudo-economia de fundamentos exclusivamente financeiros e de controle externo, fica difícil, se não impossível, a compreensão da realidade física. Ademais, o controle dos meios de comunicação de massa por oligarquia externa, antinacional, anula a possibilidade de formar-se opinião pública, fundamentada nessa realidade e base do poder nacional. Inexiste neles a análise independente e, até, a possibilidade do contraditório.

A desvalorização dos recursos naturais, ainda que estratégicos e escassos, contrapõe-se ao mundo concreto e, em contrapartida, visa à supervalorização do abstrato, suposto símbolo que nada simboliza: a

moeda de referência, que é manipulada por especuladores e submersa em atmosfera ausente de compromissos sociais e éticos.

Convém insistir que o homem não cria nem destrói o ente físico energia - definida pela ciência como a capacidade de produzir trabalho -, apenas a transforma. Ela sempre provém da natureza. É fundamental que se passe a conhecer, de modo enfático, os princípios e leis da Física que tratam deste ente, pois vivemos a maior crise energética e de poder da história do homem, no limiar de algo novo pouco conhecido. É nesse vácuo político, nesse caos por omissão e despreparo que os hegemônicos implantaram o Novo Colonialismo, como estratégia truculenta, posto que fundamentada na força militar.

Em condições normais e sérias, os combustíveis fósseis deixariam de ter o papel que tiveram nos últimos duzentos anos. O petróleo pela exaustão de suas reservas e o carvão mineral (e demais fósseis) por efeitos ambientais devastadores.

O horizonte da humanidade, deste modo, orienta-se para os potenciais energéticos das zonas tropicais. Seus territórios, especialmente dos trópicos úmidos, passarão a representar, no campo geopolítico, o que hoje representa o subsolo no Oriente Médio. Como essa região vive em permanente potencial de conflito, se não tomarmos precauções, as terras tropicais transformar-se-ão, em futuro não longínquo, em zonas de litígio. Ou os brasileiros se preparam para responder ao problema energético mundial ou o Estado nacional será desmontado por ação intervencionista de países hege-

mônicos, grandes consumidores de energia, como o estão fazendo pela via financeira. Já no início do século XXI, os EUA terão de importar outros combustíveis para substituir os derivados do petróleo. Mais do que isso, eles querem o controle das fontes de energia que os substituam, estejam aonde estiverem.

Essa dinâmica perversa tem no suporte ideológico neoliberal, na prática da globalização e no "catecismo" do *Consenso de Washington* sua base doutrinária e operacional. Ela atua de modo programado, utilizando o Estado nacional como instrumento por meio da ocupação das posições chaves por agentes seus.

Constitui-se em panacéia atribuir nossas dificuldades à "crise financeira internacional", quando elas têm outras origens que precisam ser identificadas, sob pena de sermos por elas tragados, pois, como sabemos, a sociedade brasileira confronta hoje situação que põe em risco sua sobrevivência e a preservação da unidade territorial. Há quem advirta para o perigo do desmembramento do Brasil e formação de agregado de protetorados e pequenas repúblicas formando a América de língua portuguesa.

Somente no ano de 1998, o Brasil pagou juros de 75 bilhões de dólares, o suficiente para adquirir o controle de noventa e quatro companhias Vale do Rio Doce, a maior mineradora do mundo. Detendo 7.700 concessões minerais e representando base econômica para vários séculos de vida dos brasileiros, a Vale foi criminosamente entregue a representantes de grupos internacionais suspeitos. A *débâcle* financeira de janeiro de 1999 transferiu para grupos

de especuladores internacionais a quantia de 40 bilhões de dólares. Além disto foram transferidos para "sanear" bancos falidos, depois entregues a grupos internacionais, outros 40 bilhões de dólares. A sangria arterial monetária não tem limites! Trata-se de orgia descontrolada! É possível sobreviver nessas sistemáticas?

Potencial trágico e dificuldades na substituição do petróleo. Fundamentos não-científicos das "teorias" econômicas.

A relação direta entre recursos vegetais dos trópicos e combustíveis fósseis do subsolo do Oriente Médio é tema geopolítico central da atualidade contemporânea. Não é possível qualquer análise do poder mundial que prescinda do papel do Oriente Médio, assim como é impossível prescindir dos trópicos, em particular da Amazônia, no jogo de poder neste milênio que começa.

O petróleo ainda movimenta o mundo. Dele dependem a produção, as forças armadas e a vida. Os EUA, que importam mais de 60% do petróleo que consomem, garantem o controle do suprimento desse combustível pela ocupação militar do Oriente Médio e assim sustenta seu *status* de superpotência e de controlador do sistema financeiro mundial. Nessas circunstâncias, quem pode garantir para si esse crucial fluido sem subordinar-se a esse domínio militar? Eis a questão fundamental: qual o caminho a seguir ante a redução das reservas de petróleo e o seu *status* militar?

Há quem ainda pense na fissão nuclear. Entre os que conhecem a questão existe, porém, clara consciência de não ser esta solução, mas problema. Insuperáveis questões ambientais - contaminações radioativas - e as de segurança a exclui com clareza.

Por falta de alternativa, países como Japão e França usam extensamente energia da fissão nuclear. Criam assim grandes riscos, para si e para outros. Por isso, necessitam preparar-se para o perigo que representa grande número de reatores operando. Isto implica na necessidade de Estado policial, que vise a impedir que esses reatores possam se transformar, por acidente ou terrorismo, em perigosas bombas capazes de varrer do mapa a vida de continentes inteiros. A Alemanha, em junho de 2000, tomou a histórica decisão de abandonar a aventura nuclear como geração de energia.

Diante das disponibilidades energéticas conhecidas, a alternativa compatível com a substituição do petróleo é a biomassa. O território do continente brasileiro ajusta-se como *locus* para essa realidade. Nenhuma região tropical alcança para esse fim seu porte e condições, permitindo a substituição de todos os derivados do petróleo, ademais de elevado potencial de geração de eletricidade e ampla substituição do carvão mineral, como energético e como redutor na metalurgia. Para aquilatar as dificuldades dessa ampla substituição, lembremos que os exploradores do óleo de baleia, com o objetivo de iluminar as cidades, conseguiram retardar por muitos anos o uso do petróleo.

É a primeira vez na história que, por circunstâncias naturais irremediáveis, um país passa a ter papel crucial no destino da humanidade. Nenhum pensador contemporâneo vislumbrou tal papel para o Brasil ou para qualquer outro país. O futuro da humanidade entretanto converge para a encruzilhada das circunstâncias brasileiras.

Está-se diante de oportunidade histórica única que cria porém condição de perigo. Em vez de ufanismo, devemos nos precaver para evitar a repetição da tragédia que representa hoje a situação de opressão sobre os países com ponderáveis reservas de petróleo, Iraque, Irã, México e Líbia à frente. Não se trata, pois, de ufanismo nacionalista ou de visão grandiosa sem fundamento, mas de natural e irrecusável responsabilidade. Tememos assim o potencial trágico dessas críticas circunstâncias.

Desprovidos de capacidade de análise do papel dos potenciais energéticos da natureza na história e no futuro do mundo, dirigentes brasileiros atuais não têm dimensão intelectual nem moral para exercer as funções que deles o momento está a exigir.

Os países hegemônicos, ao se defrontar com graves dificuldades pelo ocaso dos combustíveis fósseis, caminham perigosamente para a falta de energia, o que significa a incapacidade de produzir trabalho, todo tipo de trabalho. Embora o carvão mineral exista ainda em reservas de grande porte, é impossível continuar o seu uso nas atuais dimensões. Organismos internacionais especializados exigem reduções

em 80% na queima de carvão mineral ainda que cerca de 82% da energia elétrica gerada nos EUA tenham como fonte combustíveis fósseis, especialmente o carvão mineral.

O modelo de crescimento, dependente de pacotes tecnológicos importados, que rege há quarenta anos a montagem de nossa estrutura produtiva, em vez de modelo de desenvolvimento é apenas de crescimento financeiro, impedindo na maioria das vezes um real desenvolvimento. Ao usar opções de fatores e formas de produção ausentes ou inadequados ao país, torna impossível fazer valer as vantagens comparativas nacionais, regionais ou locais. Esse modelo dependente tem como inspiração a escola da CEPAL, a qual tem como um de seus principais ideólogos o presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso explica a atual política econômica contrária ao desenvolvimento do Brasil e a aceitação escandalosa do modelo neoliberal de ostensivo interesse dos países ainda hegemônicos e, para nós, de clara conotação suicida.

As diretrizes dominantes desse modelo são camufladas em "teorias" falsamente econômicas. Elas excluem de suas estruturas teóricas não somente a energia, motor de todas as transformações, mas também a equação transformadora desempenhada pelo processo tecnológico, considerado nelas como variável exógena. Isso evita conhecer sua natureza e as terríveis implicações da dependência externa que elas impõem.

Ao adotar modelo de crescimento financeiro dependente de pacotes tecnológicos importados, em

vez de modelo de desenvolvimento - de desenvolvimento auto-sustentado -, os dirigentes brasileiros ignoram as vantagens comparativas dos fatores nacionais de produção e entregam a estrutura produtiva nacional a interesses de corporações transnacionais que agregam nos pacotes tecnológicos, em uso extensivo no país, os fatores de produção que estão de acordo com suas conveniências e interesses.

A grave deformação disto resultante, em particular no campo energético, afastou do uso as formas renováveis e limpas de energia dos trópicos e, em geral, os demais fatores de produção que nos são abundantes, às vezes com exclusividade.

Essas "teorias", assim, em nada contribuem para a análise consistente da nossa realidade; ao contrário, dificultam e até impedem a elaboração de essencial e concreto diagnóstico. Tudo se faz nelas pela via da variável monetária, abstrata e de controle externo, ignorando influências cruciais ao processo de desenvolvimento como a energia, da qual depende todas as transformações, e o processo tecnológico, que dá estrutura à espinha dorsal da produção. Ademais, peca pela ausência de objetivos fins, como os essenciais das áreas sociais e ambientais. As conclusões das eventuais análise dessas "teorias" são, por isso, inconsistentes com nosso mundo físico e, não raras, falsas.

O desvio do que é importante, a ignorância sobre o que é concreto e a omissão sobre as responsabilidades para com o país e o seu povo, de modo muito especial as de natureza social e humana, implicam na impossibilidade de conduzir a nação na dire-

ção de um projeto que vise ao interesse coletivo e à construção de um futuro em que sejamos os condutores do próprio destino.O desafio da adoção de modelo de verdadeiro desenvolvimento - e não apenas de crescimento financeiro - somente é possível com autonomia tecnológica, ou seja, quando as opções de escolha dos fatores de produção obedeçam a nossas realidades e interesses. Somente deste modo existem condições para nossas empresas poderem competir em igualdade com as estrangeiras aqui localizadas.

Novo colonialismo, fetichismo e ocultação das fontes energéticas tropicais

A implantação no Brasil do Novo Colonialismo começou em 1979 e fundamenta-se:

- no predomínio absoluto do dinheiro de controle externo e na desvalorização dos recursos naturais locais e do mundo físico, onde se localizam os patrimônios que garantem a manutenção e a evolução da vida dos povos e das civilizações;

- na redução do Estado nacional a dimensões incompatíveis com nossas necessidades e aspirações;

- na extrema vulnerabilidade da empresa de capital nacional que perde pela via do controle financeiro externo condições de competir mesmo no mercado interno;

- na transferência do controle dos recursos naturais estratégicos para grupos externos;

- no desmonte da competência tecnológica autóctone, provocando uma distribuição mundial do trabalho contrária ao nosso povo;

- na criação de condições de generalizado desemprego;

- na situação de descalabro econômico que leva nossas finanças à ruína.

Tudo sob implacável tirania de moeda fictícia de controle externo, com suporte absoluto da grande mídia: o complexo vídeo-financeiro. O caldo de cultura da corrupção tempera essa dinâmica, com o estímulo de máfias financeiras.

Existem laços indissociáveis entre o fetichismo da moeda e a ocultação do estupendo patrimônio energético dos trópicos. Se não houver a desalienação energética, ou seja, enquanto não assumirmos nossa realidade física no campo energético, não haverá o aproveitamento comparativo dos recursos estratégicos que a natureza tropical oferece. Se também não houver a volta à realidade concreta do dinheiro (que hoje nada simboliza) e a eliminação da ditadura financeira de controle externo, não haverá esperanças de sair do caminho inexorável para o desastre.

Os traços marcantes dessa alienação são a fuga do mundo concreto e a montagem da abstração monetária que ignora o que deveria simbolizar, assim como exclui valores espirituais e morais, desenvolvidos em séculos de sofrimento humano.

A programada obsessão pela estabilidade financeira do sistema hegemônico anglo-saxão está indo longe demais ao ignorar suas gravíssimas conseqüências sociais, ambientais, geopolíticas, econômicas e humanas sobre os demais povos. Na realidade, ela está arrebentando as economias de dezenas de paí-

ses, especialmente os considerados emergentes, para impedir seus naturais processos de emergência, em benefício de países decadentes, embora ainda hegemônicos, mantidos por esse espúrio sistema financeiro.

Quando Marx se referia ao fetichismo da moeda, reportava-se à moeda verdadeira, símbolo de riqueza concreta. Há algo, portanto, no dólar que vai além do fetichismo ao não corresponder a valores quer do universo físico ou qualquer outro. Surge assim na pseudomoeda de referência internacional um adicional comprometedor que não foi objeto da denúncia de Marx.

De um lado, temos o sistema financeiro classificado por Lord Lever, ex-ministro do Tesouro britânico, como uma "orgia" e, de outro, o ocaso dos combustíveis fósseis. Estes movimentaram o mundo nos últimos duzentos anos e possibilitaram o apogeu de alguns países. A *débâcle* financeira de 1929 não tinha o perigoso agravante de estar vinculada ao fim de uma era energética como tem a *débâcle* financeira em marcha.

A natureza finita do petróleo, intrínseca ao seu caráter não-renovável, leva necessariamente à exaustão prematura de suas reservas devido à crescente e incontrolável demanda. As reservas no território dos EUA, que originalmente se aproximavam dos 200 bilhões de barris, estão hoje reduzidos a 20 bilhões de barris. Jamais consideraram que, sendo finitas, um dia teriam fim. Sem dúvida, a grande potência caminhava para projeto de esplendor eco-

nômico transitório que, ao não ser corrigido em tempo, torna-se suicida.

Sendo as fontes naturais suporte energético essencial, a hipótese delas serem ilimitadas - equívoco imperdoável - levaram os países hegemônicos a cometer programado suicídio, apesar de duras evidências que aconselham a procura de caminhos que levem a urgentes e seguras alternativas mesmo que localizadas fora de seus territórios nacionais.

Os tecnocratas e as questões energéticas

Os tecnocratas que governam o Brasil, imbuídos do pensamento único neoliberal, nunca consideraram em suas políticas o papel crucial da energia. Ao desconhecer sua natureza, estão impossibilitados de avaliar sua importância. Nenhum deles consegue transcender ao fetichismo da moeda e alcançar o conhecimento que permite desenvolver a capacidade de produzir trabalho - energia, que movimenta o mundo e constrói as civilizações. Comportam-se apenas como "moços de recados", agentes da oligarquia financeira internacional que leva o mundo ao desastre.

Para alcançar o desenvolvimento, o Brasil necessitaria dispor de moeda que represente riqueza concreta e que esteja sob o controle nacional, o que não ocorre hoje com o Estado nacional em frangalhos, esmagado pelo Novo Colonialismo.

A riqueza verdadeira depende cada vez mais da energia que vem do reator a fusão nuclear, o sol. Essa energia torna-se utilizável por meio da sua captação e armazenamento nos hidratos de carbono -

biomassa - graças à fotosíntese das plantas. Para formar-se, necessitam farta radiação solar, ampla disponibilidade de terras agricultáveis e água abundante, o que configura nossa realidade continental tropical.

A "cultura" dos tecnocratas neoliberais restringe-se a maquinações numéricas sobre a moeda de referência, uma abstração esquizofrênica, que não controlam. São servos do poder financeiro externo. A economia política brasileira, assim, comporta-se de modo contrário à natureza, desprezando nosso habitat natural, especialmente aquele que concentra nossas características tropicais. Em relação a estas, os tecnocratas são refratários, pois todo homem tende a odiar o que desconhece. Eles pertencem à cultura dos países aonde foram formados. Em geral, educados em metrópoles coloniais, situadas em regiões temperadas e frias do planeta, nada os vincula aos trópicos. O trópico, para eles, é um incômodo, consideram-no, na alienação que os caracterizam, razão de humilhação e de vergonha.

Por essas razões, a escola política da biomassa encontra forte resistência por parte daqueles que manipulam o poder na tirania financeira da pseudomoeda externa. As cúpulas políticas e culturais também estão corroídas por essas idéias e contrapõem-se ao nosso processo civilizatório. Este, como não poderia deixar de ser, está vinculado ao nosso mundo físico, ao nosso espaço, nestes tempos de previsão de grave colapso energético dos combustíveis fósseis que, há duzentos anos, movimentam o mundo. Elas sonham com os caminhos seguidos pelas metrópoles

coloniais decadentes, por mais inconsistentes que sejam, em confronto com a nossa realidade física natural.

Totalidade contrapõe-se à globalização. O sol, fonte permanente de poder

Uma visão totalizante da questão energética evidencia caminhos que visam à superação das contingências negativas do Novo Colonialismo.

O pensamento único neoliberal e as práticas da globalização limitam as atividades transformadoras a imitações de modelos fracassados, com nítidas tendências suicidas. Elas restringem a ação ao campo especulativo, à cópia deslumbrada das metrópoles coloniais, sob o comando colonizador do poder vídeo-financeiro. Isto leva à desorientação e ao caos; o Estado nacional à destruição; o território nacional ao desmembramento; a opinião pública à decomposição e o poder nacional à impotência. Sem caminhos definidos e próprios, a Nação soçobra à deriva.

A evidência do poder energético da biomassa chama atenção para o que há de original na natureza e na cultura locais e cria condições para a superação dos já evidenciados colapsos mundiais: o energético e o ambiental. Estes põem em perigo a estabilidade dos povos, cuja vida depende de elevado consumo de combustíveis fósseis.

O sol está também na origem dos combustíveis fósseis, embora estes levem centenas de milhões de anos para se formar: são não-renováveis. Ao contrário, a biomassa forma-se de modo permanente:

ela é renovável. Tendo o sol como origem comum, os dois grupos de combustíveis são, porém, por vários ângulos que se queira ver, opções profundamente distintas. Os fósseis são o capital que se formou em eras geológicas e a biomassa e seus derivados os dividendos da radiação solar.

O ocaso dos combustíveis fósseis cria assim cruciais problemas civilizatórios que exigem complexas soluções, as quais passam pelas regiões tropicais, em especial e de modo enfático pelo continente brasileiro. A biomassa, até agora sem alternativas extensivas, reúne condições para ser a principal fonte de combustível do século XXI e seguintes, desta vez de modo permanente e limpo.

CAPÍTULO III

INTERNACIONALIZAÇÃO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

A sociedade brasileira assistiu perplexa e desinformada pela mídia o processo que levou à internacionalização da Companhia Vale do Rio Doce, alienação criminosa contra o Brasil, especialmente para as futuras gerações, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Como conseqüência das perdas decorrentes - patrimônios naturais estratégicos e estruturas operativas essenciais - a nação Brasil passa no contexto mundial a um nível de impotência que caminha na direção dos problemas de uma Angola, uma República Democrática do Congo (ex-Zaire) e outros ainda mais infelizes.

No campo da corrupção e da moralidade pública, nossa situação, neste caso, é comparável aos conhecidos "negócios" da China, Suez ou Panamá, em dimensões ainda muito maiores e envolvendo questões que põem em risco a sobrevivência normal da vida nacional. No primeiro caso, ainda houve o

atenuante da degradação provocada pela "guerra do ópio", símbolo dos meios utilizados pela colonização inglesa, a "pérfida Albión", como se referia Napoleão Bonaparte.

Em nosso livro "O Esfacelamento da Nação", publicado em 1996, com suas edições esgotadas, analisamos o que designamos de *Os Três Níveis de Corrupção*. O primeiro deles envolve recursos financeiros de até dezenas de milhões de dólares e delinqüentes que, comparativamente aos dos outros níveis, são "ladrões de galinhas". Os crimes deste nível de corrupção são objeto de ampla e detalhada divulgação pela mídia, semanas a fio... São exemplos, o escândalo dos "anões do Orçamento", as roubalheiras extra-oficiais da era Collor, o "*affaire* Pitta, na prefeitura de São Paulo, com sua incrível mulher", e o mais recente, envolvendo o "juiz" Lalau, o senador Luiz Estevão e um ex-ministro de FHC, seu amigo pessoal.

Somente neste primeiro nível, a roubalheira. em comparação insignificante aos outros níveis, toma conotação de escândalo, de ilegalidade e outras "nuances" típicas de crônica policial. Nele, a imprensa tem papel amplo e esclarecedor, com destaque e amplitude, preenchendo com exclusividade semanas e semanas do noticiário nacional. Tudo se apresenta como se a moralidade nacional estivesse sendo passada a limpo, salva portanto por uma vigorosa opinião pública garantindo o fim da impunidade. Pura ilusão, programada pela mídia.

O mesmo não ocorre com os níveis de corrupção que se seguem, de outra dimensão e importância para a sociedade. Nestes, o silêncio da mídia

é absoluto e os principais responsáveis são apresentados como sérios e probos executores das formalidades públicas e privadas, símbolo do respeito internacional e respeitados pela dimensão dos negócios em que estão envolvidos! Quando algum aspecto inconveniente escapa ao controle, é logo restabelecida, de modo a não aparentar dúvidas, a moralidade arranhada. Parece que ninguém percebe o clima de orgia como, por exemplo, é tratado o sistema financeiro internacional, a que se referiu Lord Level, ex-ministro do Tesouro inglês, já na metade dos anos 80.

Nos dois níveis seguintes ao dos "ladrões de galinhas", a dimensão dos valores envolvidos é muito maior e muitíssimo mais importantes suas conseqüências estratégicas. No segundo nível de corrupção, referente ao sistema financeiro, as roubalheiras são da ordem de dezenas e centenas de bilhões de dólares. Envolve como massa de manobra a manipulação das dívidas interna e externa, as emissões monetárias, as taxas de juros, de câmbio, de inflação e tantos outros índices financeiros, adrede controlados de modo imparcial pelos senhores absolutos da tirania monetária internacional.

O terceiro nível de corrupção refere-se às ditas "privatizações", que envolvem patrimônios naturais pertencente à Nação, cujos controles estão sendo transferidos para grupos suspeitos externos e que envolvem também os ativos de empresas estratégicas de economia mista, guardiãs desses recursos e meios cruciais à garantia de estabilidade do Estado-nação. Isso envolve valores inimagináveis de centenas de bilhões e trilhões de dólares, na realidade, impossíveis

de ser avaliados por meio de moedas fictícias, salvo, em tom irônico do chamado mercado, na ausência de qualquer outro símbolo, sem que represente valores concretos e essenciais à vida de centenas e centenas de gerações de brasileiros.

A internacionalização da Companhia Vale do Rio Doce coloca-se nesse terceiro nível de corrupção, em dimensões sem similar na história. Não é de modo comparativo, porém, a corrupção o mais grave, mas a transferência para o controle externo de questões estratégicas que comprometem o futuro nacional.

A VALE

A Companhia Vale do Rio Doce - Vale representa o maior patrimônio mineral do planeta sob o controle de uma só empresa, com jazidas minerais impossíveis de serem avaliadas em termos de mercado, pois sua utilização econômica ocorrerá em muitas décadas e séculos à frente. Não há condições, portanto, de considerações monetárias nos termos em que se fazem essas avaliações, hoje fundamentadas em preços aviltados do chamado mercado, manipulados por compradores organizados em oligopólios e cartéis.

Na realidade, essas avaliações tratam de valores que nada têm a ver com o significado concreto desses estratégicos e limitados recursos naturais não-renováveis. Na ordem de valor, não são considerados sua essencialidade nem seus reduzidos volumes naturais. Dão-lhes de modo pejorativamente proposital a designação de *commodity*, como algo trivial, de fácil acesso, que estará sempre disponível, sem represen-

tar um valor natural escasso e, muitas vezes e de modo crescente, de crucial importância. Na verdade, trata-se de sistemática irresponsável montada por aqueles que não dispõem desses bens naturais sob seu controle e prevêem sempre o acesso fácil a esses bens, pois contam para isso com circunstâncias e condições favoráveis, quase sempre precedidas, ou sob o risco da prepotência colonial, da violência e até da guerra.

É impossível dar preço à Vale, pois envolve patrimônios naturais essenciais, na atualidade e, de modo crescente, para as futuras gerações. Somente no seu último biênio como companhia de economia mista, mesmo nas circunstâncias de mercado aviltado para minérios, imposto pelos cartéis compradores, a Vale deu lucro superior a um bilhão de dólares. Isto representou mais do que pagou o suspeito grupo externo que ficou com o controle da empresa: 800 milhões de dólares.

A Vale, empresa com prestígio internacional indiscutível, é a maior exportadora de minério de ferro, dispondo de sistema de transporte integrado - ferrovia, porto e frota de navios - de grandes proporções, o mais eficiente em todo o mundo. Tem sob sua guarda riquezas minerais de valor planetário, enquanto as nações ditas ricas têm cruciais carências desses bens estratégicos.

A Vale é guardiã de ponderável porção da parte mais rica de nosso território (solo, subsolo, águas, portos, ferrovias e florestas), especialmente na região amazônica. Com mais de 1.800 quilômetros de modernas ferrovias; centenas de milhares de hectares de florestas; várias fábricas de celulose; dois portos de

elevado calado; 41 bilhões de toneladas de minério de ferro de excepcional qualidade; 2 bilhões de toneladas de bauxita (minério de alumínio) e 1 bilhão de toneladas de minério de cobre; 100% das reservas de manganês do país; a maior frota de graneleiros do mundo; as maiores reservas de ouro da América Latina. Maior produtora de alumínio do Brasil, a Vale atua nos campos de produção de aço, ferro-ligas, fertilizantes, caulim, cobre, prata, níquel etc. Tem importantes reservas de minério de nióbio, titânio e potássio. Opera 34 empresas de grande porte, diretamente ou coligadas. Muito maior do que ela já é, são suas imensas potencialidades como a maior mineradora do mundo que detém o maior número de jazidas e uma imensa potencialidade como gestora do riquíssimo subsolo brasileiro, o mais promissor e menos explorado do planeta.

Entregar gigantescos patrimônios naturais inalienáveis e não-renováveis a mãos suspeitas não nacionais, sem que se conheçam suas verdadeiras dimensões físicas e, menos ainda, suas dimensões monetárias - impossíveis de ser avaliadas pela representa-tividade temporal dessas riquezas estratégicas e pela falta de valor, mesmo que simbólico, da moeda de referência internacional que, nem mesmo "papel pintado" é mais -, é crime jamais constatado na história econômica do mundo, nem mesmo aqueles resultantes de brutais derrotas bélicas.

Entregar tão estupendo patrimônio natural para cobrir custos de um mês de uma dívida interna espúria, que não resiste a uma simples auditoria, é comprometer as gerações futuras de brasileiros de modo criminoso e irremediável, a troco de absolutamente nada.

Desfazer-se da Vale é abrir mão da mais importante Agência de Desenvolvimento nacional, atuante em nove estados da Federação. O seu trabalho somente é comparável ao de mesma natureza realizado pela Petrobrás, de extraordinárias conseqüências para o país e para o seu povo.

A Vale detinha a mais importante "trade", depois do extermínio da Interbrás, a outra "trade" em mãos nacionais, ligada à Petrobrás, atuando em todos os ramos do comércio externo e o único suporte, essencial, para desamparadas empresas de capital nacional. Ela foi destruída no primeiro dia do ensandecido e criminoso governo Collor. Entregou-se deste modo ao controle de vorazes forças externas nossas relações comerciais com o exterior, incluindo os principais produtos de exportação, minério de ferro, açúcar e café. Também houve, na mesma fase, a destruição dos Institutos Brasileiro do Café - IBC e do Açúcar e do Álcool - IAA, que cuidavam da exportação desses importantes produtos, como houve a destruição da Interbrás, que cuidava das importações de petróleo, o que lhe dava elevado poder de barganha. A eliminação proposital de nossas "trades" representou ação devastadora, aniquilação de instrumentos essenciais de atuação do Brasil no mercado externo. Crime inominável!

A Vale, como empresa de economia mista, sempre comportou-se com responsável sentido social e humano com as comunidades onde operava, tendo aplicado no seu último biênio, como empresa controlada pelo Estado, 80 milhões de dólares nessas obras. O risco de seu afastamento desses compromissos com sua internacionalização foi objeto de advertência do

presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, grosseiramente advertido pelo governo que procurasse cuidar das questões religiosas, como se a Igreja nada tivesse com as questões sociais e humanas da vida das comunidades.

A Vale, como a Petrobrás, foram fundamentais ao desenvolvimento da engenharia e da tecnologia nacionais. Seus centros tecnológicos rapidamente transformaram-se nos mais importantes do país, com influência decisiva no fortalecimento tecnológico da empresa de capital privado nacional. Sua atuação na área ambiental sempre foi exemplar. A Petrobrás chegou a ganhar o titulo internacional da empresa de petróleo mais limpa em todo o mundo. A contribuição da Vale na área florestal foi importantíssima. A ela estaria reservada papel decisivo no aproveitamento energético da biomassa tropical no colapso mundial de combustíveis fósseis que se aproxima na medida que as reservas mundiais de petróleo caminham para o esgotamento.

A Vale e a Petrobrás eram nossos principais instrumentos de ação na defesa dos interesses nacionais ante as nefastas ações dos grandes conglomerados transnacionais, que impõem de modo tirânico sua pressão maléfica ante as empresas de capital nacional que, por isso, estão em fase de desaparecimento sistemático, como demonstrou relatório preparado para o Senado dos EUA, pela equipe do senador Snow.

O famoso centro de pesquisa, prospecção mineral e de desenvolvimento tecnológico da Vale teve suas atividades desativadas com sua internacionalização. Deste modo, transferiu para o controle de

interesses externos ao país seu imenso acervo de dados estratégicos sigilosos sobre o nosso subsolo. Este acervo, juntamente com o acumulado em décadas pelos estudos geofísicos, geológicos, prospecções e perfurações realizadas pela Petrobrás, representam preciosos conhecimentos que, tomados globalmente, são dados absolutamente estratégicos para uma Nação garantir o futuro de seu povo. Nem em década de intensos estudos e bilhões de dólares de investimentos, corporações transnacionais estrangeiras poderiam ter acesso a esse crucial patrimônio de conhecimentos, como ficou comprovado nos fracassados "contratos de risco" de triste memória.

A criação da Companhia Vale do Rio Doce está ligada ao derramamento de sangue de brasileiros na Itália, rompendo a tese colonial que nos subjugava a vil desempenho nas mãos colonizadoras dos ingleses. Ela resultou da devolução ao Brasil das minas de ferro da Itabira Iron Co. como ressarcimento de guerra. Revertiam-se para os brasileiros bens patrimoniais naturais objetos de fracassadas aventuras coloniais. A política neoliberal do governo atual, porém, impõe brutal retrocesso a essa conquista de independência com o custo de vidas de brasileiros. Voltamos à República Velha! Morrem assim os ideais do sonho de um Projeto Nacional existente nas décadas de 20/30, cujo coroamento foi a Revolução de 30. De nada adiantou o sacrifício de vidas de brasileiros na luta contra o fascismo na Itália? Pelas últimas ações do antinacional BNDES e de seus agentes "laranja" - tudo a ver com a ação de desfolhantes - nas malsinadas bolsas de valores, há clara indicação que o patrimônio atual da Vale, agigantado milhões e

milhões de vezes, volta, a troco de nada, às mãos do decrépito império inglês, via a África do Sul... Que vergonha, que ignomínia, ante o sacrifício de vidas de nossos soldados! O que tudo isto significa acerca da qualificação da atual geração de brasileiros, quando comparada à daqueles que nos legaram esses patrimônios e a dignidade que, como herança sagrada, deveria nos inspirar? Nada mais somos que uma geração de vis traidores?

A VALE E A AMAZÔNIA

Embora com ação inicialmente concentrada no Estado de Minas Gerais, foi na região amazônica onde a Vale teve papel fundamental, deslocando para lá uma população de cerca de três milhões de indivíduos. A ocupação territorial dessa região por brasileiros é, como sabemos, o caminho seguro para salvá-la dos projetos geopolíticos de ocupação econômica estrangeira.

Nessa região, a Vale é crucial instrumento para transformar os imponentes recursos naturais que administra, minérios e florestas, em fontes de riqueza. Por isso, a entrega da Companhia Vale do Rio Doce a interesses externos é um modo de entregar a Amazônia a esses interesses antinacionais. Entregar a Vale é o modo de anular as possibilidades de desenvolvimento atual e futuro da Amazônia. É a garantia de mantê-la estagnada e preservar a região em seu estado primitivo para uso e benefício das potências hegemônicas quando tiverem posse plena da região. Ou seja, quando deixar de ser brasileira.

O trânsfuga dirigente brasileiro atual, responsável por essa ignomínia, está levando a Nação à ruína e ao desespero ao entregar a forças externas espúrias as maiores províncias minerais do planeta e o maior patrimônio genético da Terra. O Brasil do quartzo e do nióbio, das portentosas florestas tropicais, a Nação do Sol e o Império das Águas estão caminhando para serem controlados em uma sórdida situação em que 70% do Produto Interno Brasileiro já se encontra em mãos de não-residentes. Ou seja, em pouco tempo, os residentes não terão mais controle de nada ou apenas do que não é importante. O nosso território e suas riquezas serão objeto de disputa internacional entre exércitos mercenários patrocinados por corporações transnacionais de minerais e madeireiras, como aquelas que devastaram as florestas tropicais no Sudeste da Ásia. O regime político que está permitindo essa monstruosidade é, de modo incomparável, o mais nefasto que jamais foi implantado em qualquer país, pois leva o seu povo à ruína e a Nação ao caos.

A "razão" que norteou esse regime tirânico da moeda falsa como instrumento implacável de destruição foi o de "fazer caixa". Nem isso, ele representou porém. As dívidas interna e externa aumentaram assustadoramente, alcançando valores impossíveis de ser assumidos pela nação, fruto de uma rolagem criminosa. Se fossem verdadeiros, nem havia como pagá-las, pois nossos grandes patrimônios, nesse regime, já não mais nos pertencem. Não há como prosseguir com essa loucura. O desastre é inevitável. A morte é certa e anunciada!

A natureza do processo de entrega da Vale ficou evidenciada em inúmeros outros aspectos da transferência de seu controle para grupos externos. Só não vê quem não tem compromissos com a decência. O total da compra, do qual apenas um quarto em espécie, não cobre mais que alguns dias de serviço da dívida do país. Ou seja, jogou-se o maior patrimônio mineral do planeta no ralo. Alguém consegue identificar na história da humanidade algum ato lesivo a um país de proporção maior ao que foi perpetrado contra o povo brasileiro no caso da internacionalização da Vale?

As razões dadas pelo governo brasileiro, prometendo investir os recursos monetários resultantes dessa suposta venda na construção de infra-estrutura, apenas resultou em corrupção de políticos e governadores levianos e falidos. Ou aplicar esses recursos em educação, saúde, ciência e tecnologia, se tivesse ocorrido, seriam quantias tão ridículos para esses setores que não os tiraria da vexatória situação em que se encontram.

As promessas foram farsas para enganar e de nada teriam adiantado se fossem cumpridas como gotas d'água em um oceano de carências. Tudo, porém, resultou na perda de portentosos patrimônios naturais não-renováveis, os mais importantes do planeta, capazes de sustentar um futuro esplendoroso para o nosso povo.

A hipótese de estar por trás dessas criminosas entregas de nossos patrimônios naturais depósitos em contas numeradas na Suíça para os principais dirigentes também não faz sentido. Seria tanto dinheiro que iria desequilibrar o poder dos magnatas do mundo.

Os dirigentes brasileiros atuais, como serviçais, não têm a cumplicidade da oligarquia financeira internacional, que os despreza como traidores de sua pátria. Seu chefe, que nada assume, gosta desesperadamente de poder, mas de modo covarde e à sombra de um sistema pleno de falcatruas. Entregar a Vale e tudo o mais foi feito a troco de apoio dessa oligarquia financeira internacional na continuidade do domínio eleitoral do país. O apoio existe enquanto são servidos em seus objetivos de espoliar o país por meio de um sistema político apodrecido. O regime atual existe para facilitar essas ações.

TIRANIA FINANCEIRA

O que fundamenta o projetado crime contra o Brasil são razões de natureza geopolítica dos países hegemônicos nas suas desastradas carências de recursos naturais não-renováveis e daqueles renováveis somente possíveis nos trópicos. São "razões" tão graves que já se prevêem graves conflitos entre eles como a chamada "Guerra das Matérias-primas", prevista pelos autores norte-americanos George Friedman e Meredith Lebard em seu detalhado e fundamentado livro "EUA & Japão, guerra à vista".

A dependência dos principais blocos de poder, EUA, Japão e União Européia, dos produtos minerais listados, em %, está descrita na tabela na página seguinte.

Essas carências foram há muito identificadas e levaram o ex-Secretário de Estado dos EUA e representante da Trilateral, Henry Kissinger, em 1978, em Aspen,

	EUA	UE	JAPÃO		EUA	UE	JAPÃO
NIÓBIO	100	100	100;	MICA	100	83	100
MANGANÊS	98	100	100;	COBALTO	97	100	100
ALUMÍNIO	91	97	100;	CROMO	91	97	99
TÂNTALO	91	100	100;	PLATINA	91	100	98
ESTANHO	82	80	85;	NÍQUEL	70	87	100
ZINCO	57	57	48;	TUNSTÊNIO	52	77	85
ANTIMÔNIO	51	91	100;	VANÁDIO	42	100	100
COBRE	13	80	80;	CHUMBO	13	44	47
FOSFATOS	1	99	100;	MOLIBDÊNIO	-	100	99

Aspen, Colorado, a dizer no início da avalanche de propaganda doutrinária a favor do neoliberalismo:

"Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não-renováveis do planeta. Para isso, terão de montar sistemas mais requintados e eficientes de pressões e constrangimentos, que garantam a consecução de seus objetivos."

Essa situação fica agravada pela desenfreada e perdulária demanda que as sociedades de consumo do chamado Primeiro Mundo impõem a seus povos. Nos EUA, com apenas 7% da população mundial, são consumidos 45 vezes mais zinco (Zn) do que no resto do mundo; 52 mais alumínio (Al); 64 vezes mais

ferro (Fe); 102 vezes mais cobre (Cu) e 176 vezes mais chumbo (Pb). Enquanto os países ditos desenvolvidos, membros da OECD, consomem por habitante 25 vezes mais alumínio do que os subdesenvolvidos, 29 vezes mais cobre, 17 vezes mais estanho, 134 vezes mais aço, 66 vezes mais níquel, 21 vezes mais chumbo, 14 vezes mais zinco, 7 vezes mais fertilizantes de fósforo e 11 vezes mais fertilizantes de potássio.

Esse desequilíbrio mundial tem piorado muito com a concentração de riqueza em mãos de grupos e de países hegemônicos, conforme atestam a cada ano Relatórios das Nações Unidas. Neles ficam evidentes que as ações de globalização têm ganhadores certos - os mais ricos. Essas circunstâncias podem levar a explosões de revolta em várias partes do mundo, como prevêem membros do poder neoliberal internacional.

Esse insólito desequilíbrio entre os que consomem e os que detêm as reservas naturais estratégicas é imposto pelo arbitrário poder da moeda internacional de referência que retira desses recursos as vantagens comparativas que representam. Essa moeda, como fictício símbolo de todas as riquezas, sobrepõe-se aos fatores concretos, mesmo sendo escassos e essenciais, desvalorizando-os, como ocorre com os recursos minerais. Esse predomínio do monetário sobre os bens que deveria representar, promove um tipo de tirania que impossibilita às empresas dos países detentores de grandes riquezas naturais, mas que não fazem parte do fechado clube dos que controlam o sistema monetário internacional, de participar de um processo com um mínimo de poder de competição e direito à sobrevivência.

Dá-se, então, a supervalorização monetária que nada simboliza ante riquezas concretas minerais e outros recursos naturais indispensáveis. Esse jogo de perdedor certo torna-se possível por meio da armadilha montada com as dívidas externas dos países que detêm esses patrimônios naturais, às quais alcançaram níveis impossíveis de serem pagos. A isso são acrescentados juros unilateralmente definidos pelos credores que fazem essas dívidas crescer como uma bola de neve, alcançando níveis incompatíveis com a realidade, a sensatez e a decência. Criaram-se assim condições adversas que permitiram as exigências, com a conotação de chantagem, que tomaram a designação de *Consenso de Washington*, base instrumental do neoliberalismo. O objetivo é esmagar as nações que detêm grandes reservas naturais visando à transferência do controle de seus patrimônios estratégicos para corporações ligadas ao mundo hegemônico, a troco de nada.

A RUPTURA

Para o Brasil, as condições começaram a mudar em finais de 1978. O ano de 1979 marcou a reversão do processo de desenvolvimento brasileiro, agora tendo por base ideológica o neoliberalismo e por catecismo o *Consenso de Washington*, que levam à perda pelo país de seus principais patrimônios naturais. Disto resultou a derrubada dos monopólios constitucionais do petróleo e das comunicações, a abertura da navegação de cabotagem para navios estrangeiros, a retirada da Constituição da caracterização da empresa de capital nacional e a internacionalização das empresas

estratégicas, como Eletrobrás, Telebrás e a Companhia Vale do Rio Doce e o esfacelamento em marcha da Petrobrás.

Acompanha o desmonte do Estado, a transformação das Forças Armadas em polícia, em agressão a suas funções constitucionais, e a *débâcle* da estrutura produtiva nacional, promovida pelo "Plano Real". Este foi um habilidoso artifício para enganar a população retirando de cena o processo inflacionário. Ele foi montado pelos mesmos que o retiraram depois da cena, visando à reeleição do principal dirigente que assumiu como missão de seu governo promover o esfacelamento da Nação. A estabilidade monetária foi acompanhada do desequilíbrio de nossa balança comercial e de serviços que tiveram por "solução" o uso de dinheiro externo especulativo por meio de empréstimos de curto prazo, com juros extorsivos, que nos levaram à *débâcle* financeira em janeiro de 99. Foi essa também a dinâmica do desastre mexicano, que levou ao controle norte-americano as suas exportações de petróleo.

Se até aqui os preços dos minérios foram definidos pelos cartéis compradores, isso não satisfaz mais aos países hegemônicos e a suas corporações. Agora, querem o controle das reservas, pois as carências minerais os estão deixando cada vez mais vulneráveis. Isto se deve ao fato das nações detentoras das reservas minerais terem conseguido construir eficientes empresas que estão promovendo a transformação de suas matérias-primas estratégicas em produtos de elevado valor agregado. Esta é a razão porque é necessário tomar desses países seus principais instrumentos de produção de riqueza e seus patri-

mônios naturais. Esses são os fundamentos que levaram à entrega da Companhia Vale do Rio Doce inicialmente a especuladores internacionais e agentes "laranja" para mascarar a entrega definitiva a corporações minerais estrangeiras de longa tradição colonial.

Essa dinâmica de internacionalização fez parte dos compromissos eleitorais que garantiram o suporte internacional à reeleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. Sua escolha para substituir Collor de Mello deveu-se à incapacidade deste em levar avante a missão que lhe foi atribuída pelo *Consenso de Washington*. Ao contrário de Collor, FHC está dando conta dessa missão ao entregar o Brasil ao controle de forças internacionais. A entrega da Vale é um dos compromissos desse acordo de traição nacional, como o foram a "lei das patentes", a internacionalização das empresas estratégicas de energia e a destruição do Estado nacional.

Ilegalidades e gigantesca negociata

Muitas foram as ilegalidades e afrontas à Constituição praticadas no chamado Programa de Desestatização. No governo Itamar Franco, a Procuradoria Geral da República constituiu um grupo de procuradores para estudar do ponto de vista jurídico as inúmeras denúncias de ilegalidades promovidas por esse programa. O governo FHC interrompeu essas atividades dissolvendo o grupo. As afrontas às leis e à Constituição foram objeto de um grande número de denúncias formais, todas em processos ainda não submetidos à analise de mérito.

A Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI constituída para analisar esse programa de desestatização teve como relator o senador Amir Lando. Suas atividades, porém, foram interrompidas de modo intempestivo com a substituição do Relator quando este já tinha pronto o Relatório final. Foram improvisados novos Relator e Relatório, esvaziando a CPI de seus sérios propósitos. Foi assim abandonado o longo e cuidadoso trabalho realizado. A credibilidade do Congresso foi nesse acontecimento reduzida a pó.

Há casos, porém, em que as evidências de ilegalidade foram ostensivas, como ocorreu na interna-cionalização da Companhia Vale do Rio Doce. Nesta, foi afrontado diretamente o Artigo 142 do Código Penal Militar que atribui 25 a 30 anos de reclusão ao principal responsável pela intenção de internacionalizar área do território nacional superior a dois mil hectares e entre 20 e 25 anos ao segundo responsável, sem a autorização do Congresso. No caso da Vale, foram internacionalizados cerca de 28 milhões de hectares, conforme documento do Tribunal de Contas da União. Para efeito de constatação dessa afronta legal, foi apresentada ao Procurador Geral da Justiça Militar representação preparada conjuntamente pelo autor deste livro e o ex-Procurador Geral da República, Aristides Alvarenga Junqueira, e assinada pelos presidentes da ABI-Associação Brasileira de Imprensa, do IAB - Instituto dos Advogados do Brasil e pelo Secretário Executivo da Comissão Brasileira de Justiça e Paz. O então Procurador Geral da Justiça Militar arquivou a representação, que aguarda oportuno desarqui-vamento, com o objetivo de cumprir-se a lei.

Na realidade, o processo de "privatização" foi uma gigantesca fraude para espoliar os brasileiros dos principais patrimônios naturais e de estratégicas empresas de economia mista guardiãs desses patrimônios e doá-los a grupos estrangeiros como se vendidas fossem. A designação de Programa de Desestatização também é falsa, pois em muitos casos a internacionalização deu-se para empresas estatais estrangeiras, como são os casos da *Light*, doada à *Eletricité de France* e da Embraer - empresas de alta prioridade estratégica nos campos militar e de ocupação da Amazônia -, que teve o seu controle passado a grupos com participação do Estado francês, entre vários outros casos não explícitos nas sistemáticas, hoje universais, de participação direta ou indireta do Estado nos empreendimentos com valor estratégico. Não é por acaso que a participação dos Estados nas principais economias capitalistas do Ocidente, conforme levantamento das Nações Unidas citado em nosso livro "A Reconquista do Brasil", era muito superior à do Estado brasileiro, antes do início das privatizações.

No caso na Embraer, um dos maiores sucessos do ponto de vista empresarial e estratégico no campo da indústria de aviões, o Ministério da Aeronáutica, forçado ao abandono de sua participação minoritária no capital da empresa, manteve a forma jurídica designada *Golden Share*, essencial ao poder decisório da União em tão estratégico setor da segurança nacional. Nas negociações posteriores ao início da privatização, quando se consumou a internacionalização da crucial empresa sob o controle de estatal estrangeira, banqueiros e agentes "laranja" locais

desprezaram esse compromisso formal, levando-a ao ridículo.

Na gigantesca negociata de 1997, da qual resultou a internacionalização da Vale, houve inúmeras jogadas preliminares até chegar à etapa atual de entrega do seu controle - o mais extraordinário patrimônio estratégico mineral do planeta - a mineradoras inglesas localizadas na África do Sul, como foi denunciado desde o início ser o objetivo do processo. Essas denúncias causaram tal mal-estar que seus promotores fizeram de conta que ela poderia ficar sob o controle de uma empresa privada de capital nacional. Usaram para isso o grupo do mega-empresário Ermírio de Morais, que fez o jogo antinacional para tirar benefício para o seu grupo. Foi facilmente "passado para trás", apesar de seus inócuos protestos.

O professor Benayon do Amaral demonstrou, então, ter sido a Vale "privatizada" por valor negativo. "Um patrimônio incalculável" - diz o professor - "em relação a cuja venda somente se poderia falar em trilhões de dólares e cujo controle foi entregue pela bagatela de R$ 3 bilhões, participando o novo controlador com apenas 800 milhões, com compensações financeiras superiores ao preço. O governo, comandando os fundos de pensões das estatais, fez o acordo de acionistas. Por ele, a União renunciou por inteiro a intervir na Vale, entregando sua gestão a conhecido laranja, ainda que permanecia com a maior parte das ações".

Mesmo como empresa de economia mista e sendo essencial ter o seu controle com o Estado, a Vale exportava minério de ferro a preços inferiores a

seus custos, embora tivesse o mais eficiente sistema de transporte de grande porte em todo o mundo. É evidente que isso não foi interrompido. Os lucros da mega-empresa continuam advindo dos demais setores, alumínio, papel e celulose, transportes e outros. Agora, os grupos externos querem o controle desses patrimônios naturais. Não se contentam com suas imensas vantagens mercantis.

Com a internacionalização da Vale e o peso de seus patrimônios minerais no contexto mundial, o Brasil corre o risco de não escapar ao mesmo destino de Angola, Zaire e outros. Esses países estão condenados e ter suas economias arrasadas de modo a não oferecer qualquer tipo de resistência ao acesso fácil e gratuito dos cartéis de compradores, ligados aos países hegemônicos, desses preciosos recursos naturais não-renováveis. Também, o domínio ilegítimo por essas mineradoras estrangeiras sobre tão gigantescos patrimônios naturais irá acirrar a cobiça das demais, atraindo lutas em nosso território entre exércitos mercenários competidores no controle desses patrimônios, como vem ocorrendo em vários países africanos.

Desde junho de 1999, a imprensa vem noticiando os entendimentos para consolidar a transferência do controle da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD para forças estranhas ao Brasil. Os agentes são Steinbruch (CSN), Wilson Brumer, ex-presidente da CVRD, quando sob controle estatal e hoje representando a mineradora estrangeira Billiton, e o senhor J. Pio Borges, notório ex-presidente do BNDES, representante do *Bank of América* que acaba de adquirir ações da Vale que eram de propriedade do também notório manipulador financeiro George Soros. A Billiton é candidata ao controle da Vale, além das mineradoras Gencor e Anglo-American, todas governadas por capitais britânicos e sediadas na África do Sul, ou seja, interligadas e possuidoras da mesma filosofia colonial que reinou na África do Sul por tanto tempo.

Será que o destino da Vale, cuja origem foi a devolução ao Brasil da Itabira Iron Co. pelos ingleses, como decorrência de um pretenso fim de ciclo colonial e como fruto da participação da FEB na Itália, é voltar, meio século depois, às mesmas mãos coloniais, desta vez tendo seu patrimônio multiplicado milhares de vezes, a troco de absolutamente nada de positivo?

Não esqueçamos que tudo isso é resultado do colossal processo de corrupção, sem igual na história da humanidade, e inerente ao modelo econômico-político reinante no país, como diz o professor Adriano Benayon do Amaral. Não esqueçamos o papel de facilitar a internacionalização dos patrimônios naturais brasileiros, que tiveram e têm os fundos de pensão das nossas estratégicas empresas de economia mista, administrados pelo Executivo, por meio do ex-Secretário Geral da Presidência da República. Lembremos que embora a União, após a "privatização" da Vale, ainda detivesse uma quantidade de ações superior às dos agentes-laranja "adquirentes", ficou passiva como se minoritária fosse!

Se havia dúvidas sobre a estratégia de destruição do nosso país como nação organizada, a internacionalização da Vale supera essas dúvidas.